



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Vicente de Paulo da Conceição Costa

**AVANÇO DOS DIREITOS SOCIAIS DE UMA POPULAÇÃO
AINDA INVISÍVEL: CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL
PARA TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS**

Orientadora: Profa. *Dra.* Fernanda Valli Nummer

Coorientadora: Profa. *Msc.* Adrilayne dos Reis Araújo

Belém/PA
2015

Vicente de Paulo da Conceição Costa

**AVANÇO DOS DIREITOS SOCIAIS DE UMA POPULAÇÃO
AINDA INVISÍVEL: CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL
PARA TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS**

Dissertação apresentada ao colegiado do Curso de Mestrado em Segurança Pública, do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito a obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Segurança Pública e Direitos Humanos

Orientador: Profa. *Dra.* Fernanda Valli Nummer
Coorientadora: Profa. *Msc.* Adrilayne dos Reis Araújo

Belém/PA

2015

Vicente de Paulo da Conceição Costa

**AVANÇO DOS DIREITOS SOCIAIS DE UMA POPULAÇÃO
AINDA INVISÍVEL: Carteira de Identidade Social para
Travestis e Transsexuais**

Esta dissertação foi julgada e aprovada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Curso de Mestrado em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará.

Belém, 06 de abril de 2015.

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*
Coordenador do Curso de Mestrado em Segurança Pública

Profa. Fernanda Valli Nummer, *Dra.*
Orientadora

Profa. Adrilayne dos Reis Araújo, *Msc.*
Coorientadora

Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*
Avaliadora

Prof. Carlos Alberto Batista Maciel, *Dr.*
Avaliador

Prof. Luis Fernando Cardoso e Cardoso, *Dr.*
Avaliador

Belém/PA
2015

DEDICATÓRIA

À Misericórdia Divina, à minha querida mãe, aos meus filhos e familiares.

AGRADECIMENTOS

Sem a ajuda e colaborações diversas seria impossível desenvolver este trabalho científico, dessa forma agradeço:

A Deus Misericordioso, que me manteve e fortaleceu na busca e consecução do objetivo proposto.

A minha mãe que me deu força e coragem para prosseguir.

Ao incentivo de meus filhos e familiares.

A minha orientadora Profa. Dra. Fernanda Valli Nummer, que foi incansável com suas observações, sugestões e críticas, além da paciência e disponibilidade com que me recebeu, orientou e incentivou.

Em especial a Profa. *Msc.* Adrilayne dos Reis Araújo, coorientadora que muito me orientou nos caminhos da estatística.

Aos professores do curso, que foram incansáveis na transmissão de conhecimentos.

A doutoranda Eli do socorro Gonçalves Pinheiro, que me incentivou e orientou nos passos iniciais deste curso.

As meninas do movimento que foram atenciosas e solícitas nos trabalhos desenvolvidos.

Aos gestores do Instituto de Identificação Civil (PC) e da Coordenadoria de Proteção e Livre Orientação Sexual (SEJUDH).

As colegas de pos-graduação que foram companheiros e colaboradores.

RESUMO

COSTA, Vicente de Paulo da Conceição. 2015. AVANÇO DOS DIREITOS SOCIAIS DE UMA POPULAÇÃO AINDA INVISÍVEL: CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL PARA TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS. 2015, Dissertação (Mestrado em Segurança Pública), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Pará.

A presente pesquisa teve por objetivo desenvolver uma análise à aplicação do serviço da Política de Segurança Pública de atendimento à comunidade LGBT, quanto à demanda de uso do nome social por travestis e transexuais, no estado do Pará. Na busca da valorização de direitos sociais para comunidade LGBT, que sofre discriminações diversas, tanto institucionais como privadas, quando buscam por garantias de cidadania. Recorreu-se a literatura especializada para se entender o contexto da Carteira de Identidade Social, no qual se encontram inseridos a(o)s usuária(o)s; se propondo em seguida com utilização de métodos quali-quantitativos a visualização e compreensão do perfil socio-demográfico das pessoas transgêneras que utilizaram esse serviço. Contribuindo para a realização de uma série de entrevistas semi-estruturadas, na busca de identificar como o serviço vem se desenvolvendo. Os dados obtidos foram analisados e foi possível observar que foram de utilidade para definição de entraves encontrados. Também pode ser aferido que o grau de satisfação com a realização desse trabalho, uma vez que a Carteira de Identidade Social e o reconhecimento do Nome Social é produto de uma luta antiga do movimento LGBT e vai de encontro ao anseio desse segmento.

Palavras-chave: Transgênero, Travesti, Transexual, Nome Social, Carteira Social.

ABSTRACT

COSTA, Vincent de Paul da Conceição. 2015. ADVANCE OF SOCIAL RIGHTS OF A POPULATION STILL INVISIBLE: IDENTITY CARD FOR SOCIAL AND SHEMALE TRANSSEXUAL. 2015 Dissertation (Graduate in Public Security), Philosophy and Human Sciences Institute - Federal University of Pará.

This research aimed to develop an analysis applying the service of the Public Security of services for the LGBT community, as the demand of the social name use by transvestites and transexuals in the state of Pará, in view of its users, a search enhancement of social rights for LGBT people, suffering various forms of discrimination, both institutional and private, when looking for guarantees of citizenship. We used the specific literature for to understand the context of the Social Identity Card, in which they are inserted user; proposing then with use of qualitative and quantitative methods visualization and comprehension of the socio-demographic profile of transgender people who used this service, which contributed to the holding of a series of semi-structured interviews, the search for identification as it Development is has been, and which obtained data were discussed and served to define found barriers and to measure the degree of satisfaction with the performance of the same, as this portfolio is the product of an ancient struggle of the LGBT movement and goes to find longing that segment.

Keywords: Transgenera, Transvestite, Transexual, Social Name, Social Identity.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE TABELAS	14
INTRODUÇÃO.....	1
1 CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	3
1.1 Identidade de Gênero	6
1.2 Homossexualidade	11
1.3 Movimento Social (LGBT) e Políticas Públicas.....	17
1.4 Avanços obtidos para população LGBT	20
2 CAPÍTULO 2: PERFIL DAS(OS) USUÁRIAS(OS) DO SERVIÇO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL A PARTIR DA FICHA DE DECLARAÇÃO DE GÊNERO	24
3 CAPÍTULO 3: A UTILIZAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL: A EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO	48
4 CONCLUSÃO	58
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXO 1	64
ANEXO 2	66

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR IDENTIFICAÇÃO DO SEXO FISIOLÓGICO.	26
FIGURA 2: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR ORIENTAÇÃO SEXUAL.	27
FIGURA 3: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, PELA FORMA COMO SE IDENTIFICA.	28
FIGURA 4: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR IDENTIDADE QUE ASSUMEM SOCIALMENTE.	29
FIGURA 5: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR USO DA IDENTIDADE SOCIAL PUBLICAMENTE.	30
FIGURA 6: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE SOCIAL PELA FAMÍLIA.	30
FIGURA 7: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE SOCIAL PELA COMUNIDADE.	31
FIGURA 8: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR IDADE COM QUE ASSUMIRAM O NOME SOCIAL.	32
FIGURA 9: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, QUANTO AO LOCAL DE NASCIMENTO, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ.	33
FIGURA 10: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR ESCOLARIDADE.	34

FIGURA 11: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO HORMONAL.....	35
FIGURA 12: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE READEQUAÇÃO SEXUAL.	36
FIGURA 13: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR PARTICIPAÇÃO EM MLGBT.	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, POR PROFISSÃO.....	38
TABELA 2: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO A ESCOLARIDADE VERSUS PROFISSÃO DECLARADA.....	39
TABELA 3: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO A IDADE COM QUE ASSUMIU O NOME SOCIAL VERSUS PROFISSÃO DECLARADA.....	41
TABELA 4: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO A ESCOLARIDADE, POR IDADE COM QUE ASSUMIU O NOME SOCIAL.....	42
TABELA 5: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO NOME SOCIAL PELA FAMÍLIA, VERSUS REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO HORMONAL.....	43
TABELA 6: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO NOME SOCIAL PELA FAMÍLIA, POR REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE READEQUAÇÃO.....	44
TABELA 7: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO AO RECONHECIMENTO DO NOME SOCIAL PELA COMUNIDADE, POR REALIZAÇÃO TRATAMENTO HORMONAL.....	44
TABELA 8: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO AO RECONHECIMENTO PELA COMUNIDADE, POR REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE READEQUAÇÃO.....	45
TABELA 9: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO A COMO SE IDENTIFICA, POR REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO HORMONAL.....	46

TABELA 10: PERCENTUAL DE TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2012 A FEVEREIRO DE 2013, DO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO A COMO SE IDENTIFICA, POR REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE READEQUAÇÃO. 47

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos os mais diversos setores da sociedade entraram em debate e até mesmo confronto quando se tratava de diversidade sexual, destacando-se o patriarcado como principal ponto de origem da opressão sofrida por pessoas homossexuais, as quais diante da evolução dos tempos e dos problemas enfrentados se congregaram sob a forma de movimento. Dando assim origem ao MLGBT (movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), anteriormente denominado de GLBT¹ (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). Com o passar dos anos ocorreu à alteração da sigla para LGBT, dando maior visibilidade ao segmento de mulheres lésbicas, e como é visível o movimento congrega os diversos segmentos desse grupo social.

Com o avanço desse movimento social, a categoria dos homossexuais passou, também, a se posicionar mais no sentido de obtenção, expansão e implementação da garantia de seus direitos e cidadania.

Nessas novas interações se fez necessário ouvir as falas, os depoimentos espontâneos e expressos, tanto de representantes do movimento LGBT, como de pessoas que não fazem parte do movimento. Com estas interações pode-se verificar a existência de avanços nas relações entre as polícias e LGBT's, que possam se traduzir em positividade de políticas públicas.

Com o passar dos anos foi criado e implementado no estado do Pará o Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia. Para que este plano fosse executado, instituiu-se um Comitê Gestor, obtendo como resultado de todo o trabalho o surgimento de um serviço de Política Pública, denominado de Carteira de Identidade Social (Registro de Identificação Social para Travestis e Transexuais). O documento Social foi aprovado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP¹, através da Resolução de nº210/2012/CONSEP, de 11/11/2012, que o instituiu para pessoas travestis e transexuais no Estado do Pará, sendo essa resolução homologada pelo Decreto Governamental de nº 726/2013, de 29/04/13, isso em face de luta, principalmente, de segmentos do MLGBT (no caso travestis e transexuais).

¹ Órgão superior de deliberação colegiada, criado pela Lei nº 5.944 de 02 de fevereiro de 1996, como parte integrante da estrutura da Secretaria de estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, presidido pelo respectivo secretário de estado e compostos pelos dirigentes das instituições que a compõem, da sociedade civil, além de representantes do Judiciário, ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil/PA, com missão institucional de discutir e decidir sobre as políticas públicas e as ações da área de segurança no estado Pará, bem como sobre o seu funcionamento (site da SEGUP).

Ante o exposto, surgiu uma inquietação que fez com que fosse questionado, enquanto coordenador do Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, para o qual fui designado no ano de 2013, a partir do surgimento de novos direitos, garantidores de cidadania, que devem ser aplicados institucionalmente, inclusive por servidores do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social no estado do Pará, principalmente por se observar a incidência da emissão da Carteira de Identificação Social para Travestis e Transsexuais, o seguinte: **como esse serviço da política pública de Segurança Pública e Defesa Social, implementado pela Carteira de Identidade Social para Travestis e Transsexuais está se efetivando para essa categoria no estado do Pará, de acordo com a ótica da(o)s usuária(o)s?**

Ante o problema suscitado se visualiza que servidores(as) desse sistema devem possuir qualificação para proporcionar atendimentos de qualidade e com observância dos Direitos Humanos aos usuários(as) LGBT, especialmente quanto aos direitos sexuais, para aplicação dos mesmos, se buscando identificar se o serviço está contribuindo para a diminuição da discriminação e ainda, se pode ser reconhecida como um direito.

Aqui se fala sobre as conquistas efetuadas no estado do Pará que inevitavelmente atingiram a esfera da Segurança Pública e Defesa Social, sendo um tema exequível de investigação mais acurada, que pode servir como contribuição para a construção/desconstrução de preconceitos no seio institucional, instigando articular o campo do empírico para o campo científico, além de contribuir para o avanço na garantia efetiva de direitos de igualdade e cidadania.

Para realização da presente pesquisa foi utilizada uma metodologia baseada no pressuposto quali-quantitativo, onde se recorreu à técnica da análise de conteúdo, tendo este estudo se organizado em três capítulos, a saber: Capítulo 1 “Apresentação da pesquisa”; Capítulo 2 “Perfil das(os) usuárias(os) do serviço da carteira de identidade social a partir da ficha de declaração de gênero”; e Capítulo 3 “Avaliação do serviço da Carteira de Identidade Social pelos usuários(as) do serviço).

No capítulo 1 foi desenvolvida a apresentação da pesquisa, com a abordagem de todos os aspectos sociais e legais nela inseridos; no capítulo 2 foi apresentado um estudo sobre o perfil das(os) usuárias(os) do serviço da Carteira de Identidade Social; enquanto que no capítulo 3 foi elaborada uma avaliação do serviço de emissão de Carteira de Identidade Social para Travestis e Transsexuais a partir da manifestação das(os) usuárias(os).

1 CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida se inseriu nos debates sobre gênero e sexualidade partindo do referencial encontrado sobre a temática apresentada. Na busca de ilustrar os processos discursivos que foram desencadeados em conformidade com a pesquisa empírica, embasada na análise dos dados coletados.

Como a dinâmica do mundo atual suscita uma série de variações na vida social e pessoal de cada pessoa, encontrou-se interesse para que se investigasse esta temática, onde em função do problema sugerido, se criou a seguinte hipótese: a política adotada pelo Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, do estado do Pará, com a criação do serviço da Carteira de Identidade Social para Travestis e Transexuais, originária do poder público, é uma conquista social eficaz que visa contribuir para a redução da discriminação sexual e o reconhecimento da identidade de gênero, conforme as diferenças do público LGBT, segundo a ótica do(a)s usuários(as) que a buscam.

Adotou-se então como objetivo geral: Analisar a aplicação do serviço da Política de Segurança Pública de atendimento à comunidade LGBT, quanto à demanda de uso do nome social por travestis e transexuais, no estado do Pará, na perspectiva de suas(seus) usuárias(os). Se apresentando como objetivos específicos: Descrever o desenvolvimento do trabalho policial face o atendimento de casos da diversidade sexual; Investigar as possíveis consequências do uso da Carteira de Identidade Social para Travestis e Transexuais para as(os) usuárias(os) enquanto política afirmativa; Identificar as possibilidades de entraves ao serviço junto ao Sistema de Segurança para o atendimento dessa demanda da comunidade LGBT.

Em se tratando de metodologia se buscou a técnica baseada no pressuposto da pesquisa quali-quantitativa, tendo em vista a maior compreensão de como vem ocorrendo a implementação desse serviço da política pública, vislumbrada como afirmativa para esse movimento. Nessa abordagem qualitativa e quantitativa se buscou estar mais perto da quantificação dos elementos pesquisados. Sendo possível a visualização mais completa ante os problemas encontrados, promovendo o fortalecimento dos elementos encontrados na análise qualitativa, havendo uma complementaridade mutua. Segundo GAMBOA (1995) as partes que constituem a pesquisa devem se apresentar interligadas de forma a demonstrar e contribuir com o alcance do resultado proposto.

A elaboração da presente investigação seguiu uma proposta baseada na análise de documentos, denominados de ficha para identificação da(o) requerente, que precede e é

essencial ao fornecimento da declaração de identidade social; somada às leituras de autores já referenciados e a coleta de dados realizada, que foi desenvolvida por meio desses documentos preenchidos pelas(os) pretendentes ao serviço da Carteira de Identidade Social; além de entrevistas de pessoas selecionadas, tendo em vista a maior compreensão de como vem sendo implementada essa política afirmativa.

Na primeira etapa da pesquisa se procedeu a escolha das(os) interlocutoras(es) locais, bem como dos instrumentais para a realização da pesquisa em questão, na busca de elementos concretos para nortear como se encontra a aplicação do serviço da política pública (Carteira de Identidade Social), no seio da polícia civil, à garantia de novos direitos e cidadania para comunidade LGBT, na visão da(o)s usuária(o)s. Ressaltando que tal escolha se deveu ao fato de serem elas(es) ativistas de direitos humanos e/ou usuária(os) do serviço específico, necessários à implementação de novos direitos, que devem ser trazidos por essa política pública.

Essa etapa foi realizada com a coleta das fichas para identificação da(o) requerente pretendente a declaração de identidade social, junto a Coordenadoria de Proteção e Livre Orientação Sexual (CLOS), da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Os documentos que foram preenchidos pela(o)s usuária(o)s desse serviço, ativistas ou não, que responderam aos itens elaborados pelo Comitê Gestor do Plano Estadual de Combate a Homofobia, quando da estruturação desse documento, com grande importância em termos de efetivação do perfil da(o)s usuária(o)s desse serviço, aos quais se teve acesso, após solicitação formalizada e respondida em 20/07/2014, correspondentes ao período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, para que assim se desenvolvesse o estudo à definição do perfil da(o)s usuária(o)s.

Para o desenvolvimento do trabalho se fez uso de Estatística, que se define como: “a ciência e métodos para planejar, coletar, organizar, resumir, analisar dados, tirar conclusões da pesquisa em populações ou amostras, para a tomada de decisões” (AYRES, 2012, p. 31). Permitindo que se tenha uma maior compreensão dos fatos analisados, que foram apresentados sobre a forma de dados.

Após a coleta de dados construiu-se um banco de dados para onde se convergiu as informações obtidas, e a partir destas se continuou a pesquisa com elaboração de gráficos e tabelas, com a subsequente análise descritiva, onde os dados foram observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferências do pesquisador em acordo aos ensinamentos de Rodrigues (2007) e em perfeita concordância com a conceituação de AYRES (2012):

Estatística Descritiva consiste na coleta, organização, classificação dos dados numéricos obtidos por levantamentos de informações sobre indivíduos, itens, unidades investigadas, seja do todo (População ou Universo), seja apenas de um seguimento (amostra). Trata, ainda, da apresentação dos dados em tabelas, gráficos, medidas de tendência central (média, mediana e a moda), de variação (variância, desvio padrão, erro padrão e, ainda, outros coeficientes) para descrever de maneira abreviada, sob a forma de números, os dados em questão. Consiste, portanto, em um resumo lúcido dos dados, para uma visão abrangente das informações, objeto do trabalho (AYRES, 2012, p.32).

Portanto, utilizar tabelas e gráficos para verificar se as variáveis estão relacionadas. Tais técnicas organizam e descrevem com bastante eficiência, resumindo um conjunto de observações, enquanto os gráficos são formas de apresentação dos dados, cujo objetivo é o de produzir uma impressão mais viva dos fenômenos da análise do perfil das denúncias.

Esta técnica possibilitou a organização e descrição do que se pesquisou de maneira eficiente, com elaboração de tabelas, além de gráficos que vieram a apresentar os dados e deram uma visualização consistente a estes, definindo-se: TOMA *et al.* (2008, p. 71):

Tabelas: Quanto à classificação, uma tabela simples pode ser temporal, quando as observações são feitas levando-se em consideração o tempo; geografia, quando os dados referem-se ao local de ocorrência; específica (ou categórica), quando o tempo e local são fixos; e comparativa, quando a tabela resume informações de duas ou mais variáveis. A tabela comparativa é também denominada tabela cruzada ou de dupla ou mais entradas.

Gráficos: é um recurso visual da Estatística usado para representar um fenômeno com a facilidade de interpretações dele. Apresenta um ganho para representar um fenômeno com a facilidade de interpretações dele. Apresenta um ganho na compreensão global dos dados Toma *et al.* (2008, p. 71).

Todo o trabalho desenvolvido nessa etapa da pesquisa foi importante para o prosseguimento do estudo, tendo em vista que na segunda etapa da metodologia quando foram realizadas entrevistas semi-estruturada, seguindo um roteiro de entrevistas elaboradas e amostra pela saturação de corpus, prevendo no mínimo a escuta de 10 (dez) interlocutor(a)s. Foi adotado como critério de seleção da(o)s entrevistada(o)s o seguinte: sua orientação sexual, ser transgênero (travesti ou transsexual); ser do sexo masculino ou feminino e estar incluída(o) no processo de identificação social, com utilização da carteira respectiva há pelo menos 3 (três) meses, sempre buscando diversidade da população na amostra.

As entrevistas foram gravadas em áudio, posteriormente transcritas e analisadas, em um tipo definido como análise de conteúdo, que é conceituada como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistêmicos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem interferência de conhecimento relativas condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1977, P. 42).

Esta é a definição da autora sobre o que é análise de conteúdo, segundo a qual a técnica se desenvolve em três fases: a primeira denominada de pré-análise, onde se realiza a organização do material, com utilização de leitura, hipóteses, objetivos e elaboração do material; a segunda onde se realiza a codificação dos dados encontrados nas unidades de registros; e a terceira, definida como de tratamento dos resultados e interpretação, momento em que deve ocorrer a classificação dos elementos segundo sua semelhança e diferenças, com subsequente reagrupamento por suas características comuns, fazendo-se assim a categorização e a posterior discussão ante os resultados obtidos. Esta escolha se deve ao fato de procurar “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2004, p. 38), o que justifica essa análise ser de grande utilidade tanto para o estudo de entrevistas quanto para o de documentos, além de possibilitar a sistematização, o conhecimento e explicitação das condições de produção e recepção de mensagens, à medida que enfoca como análise qualitativa a presença ou ausência de categorias ou características em determinada comunicação, o que condiz com que se trabalhou na pesquisa.

1.1 Identidade de Gênero

Foi importante destacar o entendimento atual sobre a categoria participante desta pesquisa, se fazendo necessário esclarecer previamente o entendimento de sexo que “é a classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos digitais” (JESUS, 2012, p.13).

Referido autor em seu guia técnico afirma que gênero é: “a classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo”(JESUS, 2012,p. 13). Assim se tem a convicção de que não se trata do sexo biológico, daquilo que se vê ao nascer e da identificação biológica de homem ou mulher.

Seguindo esse raciocínio se passou a identificar o significado de orientação sexual, que foi definida como sendo “atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012, p. 15). Esta definição apresentada tem a ver com desejo, com atração, com quem se quer ir para cama, se do mesmo sexo ou de sexo oposto, inclusive nas diversas literaturas se adota para orientação sexual, ser bissexual (pessoa

que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero), “heterossexual (pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica) ou homossexual (pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoa de gênero igual àquele com o qual se identifica)” (JESUS, 2012, p. 15).

Ante o apresentado se chegou ao entendimento do que é identidade de gênero, em concordância com o autor mencionado, sendo “o gênero com qual a pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando do nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa (JESUS, 2012, p. 14). Aqui se observou que identidade de gênero é aquela que a pessoa se percebe, e se apresenta, que é construída durante a vida, tendo aí uma dimensão social, pois não está de acordo com o sexo biológico, que se observa em pessoas consideradas transgêneras, que são aquelas pertencentes ao “grupo de pessoas que não se identificam em graus diferentes, com comportamento e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 14): sendo conhecidas como travestis e transexuais; onde se tem para Travesti a definição de que é a “pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entende-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não gênero ou orientação sexual” (JESUS, 2012, p.16). Já transexual é:

Termo genérico que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. (...) cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como próprio de seu gênero (...) Sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico. Isso pode se dar de várias formas, desde tratamentos hormonais até procedimentos cirúrgicos. (...) Para pessoa transexual é imprescindível viver integralmente como ela é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica ou no uso do banheiro correspondente a sua identidade, entre outros aspectos. (JESUS, 2012, p.15/16).

A sexualidade por não se resumir apenas a aspectos biológicos, endocrinológicos, psíquicos e a tantos outros, ocorre através de múltiplas possibilidades, onde se encontram contradições entre o que é de direito e o que é de fato, estimulando-se assim o pensar que talvez as conquistas efetivadas no campo dos direitos sexuais estejam sendo mais promissoras para as pessoas com práticas homossexuais, que buscam a família, enquanto modelo divergente do heteronormativo².

² Por heteronormatividade, entende-se reprodução de práticas e códigos heterossexuais sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai, mãe, filho(a)s). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade, com o intuito de reforçar ou dar legitimidade as práticas heterossexuais (FOSTER, 2001, p. 19).

Associado ao que já foi mencionado anteriormente, somam-se as possíveis confusões entre o público e o privado nessas relações, onde quem não vive a dinâmica da vida das travestis e transexuais, pode imaginar que pactuações sobre sua forma de viver ocorrem de forma aparentemente estável, dentro do espaço físico em que atuam (privado a elas, na maioria do tempo), contra o restante do meio social (podendo ser identificado como público), e isto faz necessário que se venha a observar o que diz o autor quando afirma que: “Uma incoerência relacionada, posta nos termos altissonantes da distinção entre público e privado, assola o espaço legal contemporâneo do ser gay” (SEDGWICK, 1993, p. 25).

E essas possíveis confusões nos espaços de convivência nos levam a pensar no que diz RIOS:

A situação de vulnerabilidade, diferentemente da vitimização, assume a perspectiva da igualdade e da dignidade, contextualizando-as nos cenários de injustiça, discriminação, opressão, exploração e violência que assolam inúmeras identidades e práticas sexuais subalternas ou outras condições a elas associadas. (...) a homossexualidade: livre desenvolvimento da personalidade e privacidade sexual como “pura liberdade”, proibição de manifestação pública de afeto restrita somente a certos grupos como “interferência discriminatória na liberdade” e restrição a certos empregos públicos ou privados como “pura igualdade” (RIOS, 2006, p.83/84).

Diante de tantas idéias o debate de gênero vem como a grande discussão no MLGBT em nível mundial, nacional e estadual, delimitado, portanto, como uma construção cultural de definição de papéis entre o masculino e o feminino. No ensaio sobre gênero que resgata Simone de Beauvoir, a partir de uma célebre frase da mesma: “a gente não nasce mulher, torna-se mulher”, destacando que tornar-se mulher vem da cultura e não do sexo. “Não há nada em sua explicação que garanta que o ser que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER 2003, p. 27).

Posto isto e considerando que as travestis e transexuais sentem-se mulheres/homens até a alma (conforme as mesmas verbalizam) e como tal querem ser aceitas por toda a sociedade, BUTLER (2003) permite que se pense em heteronormatividade, o que vem a contribuir para a discussão teórica de diversos problemas vividos por esses dois segmentos do MLGBT destacados, no sentido de desmitificar a binaridade relacional movida pela construção biológica entre os sexos, em que ocorre a complementaridade do macho com a fêmea, ou seja, do forte com o fraco, de proteção com submissão e, assim por diante, associada à subjetividade de cada pessoa nessa construção de gênero.

Com estas colocações se faz necessário melhorar o entendimento sobre a compreensão de gênero, e ai visualizou-se o seguinte:

(...) O *locus* de intratabilidade, tanto na noção de "sexo" como na de "gênero", bem como no próprio significado da noção de "construção", fornece indicações sobre as possibilidades culturais que podem e não podem ser mobilizadas por meio de quaisquer análises posteriores. Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura (...). Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem antecipação às possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura.(BUTLER, 2003, p.28).

Contudo, encontra-se associado a essas construções as da própria identidade, pelo fato de as pessoas serem reconhecidas enquanto seres inteligíveis a partir do momento em que estas se identificam com um gênero, de acordo com modelos reconhecidos, também, como inteligíveis, ou seja, as práticas homoeróticas como qualquer forma "descontínua" de relação entre pessoas foge a coerência, a lógica, a razão, ao que a autora continua:

Embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um "fator" ou "dimensão" da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma "marca" de diferença biológica, lingüística e/ou cultural. Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe *em* relação a outro significado oposto (...) (BUTLER, 2003, p. 28).

Nessa linha se ser, com gênero "inteligível" pode-se prover um entendimento de acordo com o pensamento da autora que visualiza coerência e continuidade entre sexo em se tratando do gênero culturalmente constituído afirmando que:

Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído é a "expressão" ou "efeito" de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual" (BUTLER, 2003, p.38).

Nesse contexto se vai além da definição gramatical, englobando as construções relacionais que demarcam espaços com características próprias e que fogem, muitas vezes, ao fator biológico de homem/mulher, que podem manter ou mudar o normativo existente. No espaço em que se desenvolveu a pesquisa, a questão de gênero foi um dos aspectos importantes a destacar, por buscar ultrapassar barreiras do reducionismo, e SCOTT (1990) articula com muita propriedade esses aspectos.

Aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, tem uma história (...)

(...) O uso de "gênero" enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (...) (SCOTT, 1990, p.71 e 76).

Quem disse que travestis ou transexuais não são pessoas boas? Boas mães ou bons pais? Boas filhas ou bons filhos? Boas companheiras ou bons companheiros? Boas alunas ou bons alunos? Já se apontava sobre os julgamentos que podem surgir sobre uma pessoa qualquer, por ter características próprias e vir a ser rotulada de maneira desqualificatória: [...]“Assim deixamos de considerá-lo(a) criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande” (JESUS, 2012, p. 12).

O entendimento sobre o conceito de gênero se encontra expandido em seu entendimento sobre as formas plurais de ser mulher; “O conceito de gênero passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (LOURO, 1997, p. 23).

No contexto LGBT a análise dessas identidades faz pensar em torno das identidades coletivas com que são abordadas por estudiosa(o)s, o que pode ser observado no trabalho desenvolvido por BENTO (2006), quando afirma, que a sexualidade de LGBT’s deve ser observada como um elemento de unidade:

A organização de coletivos de *gays* e de lésbicas põe a questão da sexualidade como um elemento de unidade, de construção de identidade coletiva, ao mesmo tempo em que aponta a questão gênero como um ponto a mais (...) reabilitando o tema das identidades essencialistas. Talvez esse seja o maior dilema das identidades coletivas. Como trabalhar com as diferenças e, ao mesmo tempo, forjar um programa de atuação política? Quais são as ciladas da igualdade? E quais as da diferença? (BENTO, 2006, p.81/82).

Por isso pode-se dizer que a construção de identidades coletivas se dá em torno de interação com outras relações sociais, ou seja, estimulando o movimento a se unir em torno de superação de discriminações, justificando-se pelo amar/desejar pessoas do mesmo sexo. O exemplo da citação supracitada evidencia o aspecto ligado a estilos de vida, mas há as que são articuladas com as relações de consumo: “Nesse sentido, as conexões entre sexualidade e ação política via movimentos sociais podem ser traçadas a exemplo de outras relações, como as que denotam a ligação entre sexualidade, estilos de vida e consumo” (FRANÇA, 2006, p.23).

Daí observa-se que a terminologia tem significado muito expressivo e pode identificar uma coletividade, definindo sua satisfação de ser, de existir, como no caso das travestis e transexuais, que preferem ser reconhecidas pelo nome que escolheram e com o qual se apresentam independente de seu registro civil.

1.2 Homossexualidade

A homossexualidade existe há séculos, sendo comum em diversos espaços deparar-se com pessoas que tem por orientação sexual ser homossexual, e se perceber atitudes e comentários recheados de homofobia³, fato que provoca certo desconforto para algumas pessoas, pois todo ser humano tem direitos que devem ser respeitados.

O fenômeno da homossexualidade é historicamente antigo e antes mesmo de receber a conceituação atual, passou por várias culturas, existiu e foi aceitável em algumas destas, como se deu na cultura grega. Na cultura ocidental isto ainda é um tema polêmico e vivenciado por uma série de atitudes discriminatórias contra quem assume tal orientação.

Ao longo dos anos diversos autores têm abordando esta temática com visões diferentes, no entanto utilizam métodos de observação e conhecimento para tal, bem como apresentam pontos de vista que podem ser semelhantes, porém com divergências em alguns, dentre eles: Foucault, Spencer e Heller nos quais encontrei contribuições para esta temática.

Quando se trata do tema homofobia se faz necessário entender o fenômeno da homossexualidade, que é antigo e, por ser histórico, caracteriza-se de diferentes formas ao longo do tempo.

O autor ERVING GOLFFMAN (1985) em sua obra nomeada “Estigma”, escreveu sobre a preocupação com os papéis ditados pela sociedade e a produção de estigma a grupos que acabam sendo colocados à margem da “ordem social”, no sentido de reconstruí-los, apresentando um caráter crítico à realidade.

SPENCER (1990) tratou das mudanças que ocorreram ao longo do tempo, afirmando que:

No início, aceitava-se sem discussão que os meninos e belos jovens eram desejáveis sexualmente. Isso, no entanto, mudou gradualmente, já que no final do império romano o conceito de ascetismo sexual predominou. Alguns estudiosos argumentam que essa mudança ocorreu independentemente do cristianismo. (SPENCER, 1990, p. 66).

FOUCAULT escreveu “História da Sexualidade: a Vontade de Saber” (1977) e “Microfísica do poder” (2004), onde trabalha com análise e discurso, sendo considerado como um pós-estruturalista e pós-modernista pelos críticos, salvo que ele mesmo rompeu com o rótulo de estruturalista por ser crítico diante dos objetos estudados, dentre os quais a psiquiatria, o sistema penitenciário, a medicina e a evolução histórica da sexualidade. A visão

³ HOMOFOBIA é o nome dado ao sentimento de rejeição contra qualquer pessoa que não corresponde ao conceito clássico de masculino, feminino e heterossexual, e que gera as violências verbal, física, psicológica, moral. A homofobia se sustenta na lógica da heteronormatividade: normas e comportamentos baseados nas lógicas sociais e afetivas (ITS Brasil, SEDH, p. 10)

do autor leva a (re)pensar os modelos pré-estabelecidos considerando a subjetividade que aponta para uma linha fenomenológica onde se posiciona afirmando que:

É necessário não esquecer a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constitui-se no dia em que foi caracterizada (...) apareceu como uma das figuras da sexualidade que foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie da androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1997, pp. 43-44).

FOUCAULT (1997) apresenta um aspecto importante que cabe inserir a invisibilidade. A sexualidade a partir do século XVIII inicia seu processo de delimitação mais forte, com a implantação de modelos através, do fortalecimento de práticas oriundas da Idade Média que historicamente foram se expandindo ao campo da própria ciência, indo das descobertas dos processos patológicos ao modelo binário (homem x mulher) que era considerado como “normal”, e “não pervertido”, fazendo com que as pessoas que buscassem por outras formas de relacionamento sexual, fossem vistas com preconceito, tendo escrito em sua obra “História da Sexualidade: vontade de saber” que:

Dentre seus emblemas, nossa sociedade carrega o do sexo que fala (...). Foi um dia, capturado por certo mecanismo, bastante férreo a ponto de se tornar invisível. E o que nos faz dizer de si e dos outros num jogo em que o prazer se mistura ao involuntário e, o consentimento à inquisição. (FOUCAULT, 1997, p. 75).

Um aspecto em comum com Michel Foucault (com a obra *Microfísica do Poder*) e Erving Goffman (*Estigma*) se dá no estudo da psiquiatria, onde suas idéias foram importantes para o movimento anti-manicomial no Brasil.

AGNES HELLER (2004) em sua obra “O cotidiano e a história” aborda sobre a interação entre os seres, considerando a individualidade e o contexto social na construção de papéis que, no caso da homossexualidade, acaba enfrentando preconceitos pela diferença do modelo heteronormativo, sendo crítica e de linha materialista dialética.

As leituras mencionadas se completam, com aspectos de convergência que propiciam subsídios críticos e reflexivos para se tentar entender a construção/desconstrução dos preconceitos existentes na sociedade diante do fenômeno da homossexualidade, podendo até ajudar em subsídios para o avanço na obtenção de novos direitos ante as possíveis posturas retrogradadas de condenação ao que é considerado diferente.

Se o sexo, considerando o modelo binário, traz em seu bojo atitudes preestabelecidas, as formas caracterizadas tidas como “anormais” acabam por vir a ser condenadas e

marginalizadas com maior veemência, utilizando-se de violência extrema, para punir os/as “diferentes” nessa complexa vivência das sexualidades.

O modelo europeu medieval demarcou o início de um estado homofóbico, em comunhão com a Igreja que considerava homossexualidade como ato “desviante” e assim, um pecado gravíssimo, que chegou ao Brasil com a vinda dos jesuítas, onde além de domarem as nações indígenas para a religião católica, chegaram a encaminhar alguns casos de sodomia à prisão no período da Inquisição. Um exemplo dessa forma de agir nos primórdios do Brasil é encontrado na afirmativa de MOTT (1988):

Os Inquisidores desta cidade já dispunham de bastante familiaridade na perseguição do abominável pecado nefando, pois desde 1553, quando foi preso e degradado para o Brasil o primeiro homossexual de Évora, o cirurgião Felipe Correia, até o ano deste episódio, portanto 112 anos, foram aí processados 42 fanchonos, dos quais três morreram queimados na Praça Grande e os restantes, degradados de 3 a 10 anos, Seja para as galês, seja para a África ou Brasil” (MOTT, 1988, p.76).

A Igreja se expandiu por várias partes do mundo e por onde quer que estivesse presente, o combate à prática sexual entre pessoas de mesmo sexo era a pauta evidenciada. SPENCER (1990) escreveu, sobre a ótica da época onde a igreja dominava os diversos campos da sociedade, sobre sexualidade desviante e condenação em função dessa preferência, dizendo:

Como a Igreja e o Estado tinham proibido a sexualidade “desviante”, com medo de sua natureza pagã e herética, os indivíduos reagiam de diferentes modos para expressar sua identidade sexual. Alguns eram castigados pela culpa e a vergonha, e queriam esconder suas preferências. Esses em geral, parecem ter sido os homens que preferiam outros homens e pensavam que mereciam a condenação da sociedade por serem passivos (SPENCER, 1990, p.142).

Os valores delineados pela igreja, família, escola e outros, nortearam a formação de indivíduos com comportamento heterossexual, impondo-se preconceitos e desrespeitos. SPENCER (1990) chama a atenção dos(as) leitores(as) para as inúmeras mudanças ocorridas historicamente que geriram uma revisão sobre a sexualidade humana, desaparecendo a dominação de um sobre o outro, permitindo que o EU masculino e o EU feminino, implícito em cada gênero, pudessem ser respeitados.

Conforme ENGELS (1998) em sua obra “Origem da família, da propriedade e do estado”, mesmo que não problematize a temática ora estudada, desperta o foco para a conjuntura histórica determinante voltada aos aspectos econômicos gerados pelo modelo heteronormativo, especialmente a monogamia, ressaltando acerca da luta de classes na

geração das relações sociais entre os gêneros e na subjetividade inerente aos diferentes sujeitos dessas ações.

PINTO (1998) discorre sobre tolerância e diferença tratando sobre demandas por identidades na garantia de direitos sociais prevalecendo, na prática, a percepção de consumo, recaindo apenas no discurso, ou seja, possibilitando apenas a tolerância sem o respeito por quem é considerado diferente:

O planeta começa a se mostrar muito diferente quando aquele que não obedece a normas estabelecidas pelos princípios dominantes deixa de ser um desviante e passa a ser somente uma diferença, com direito de expressão, com direito à cultura, a corpo, a posturas públicas, dentre outras; deixando de ser uma anomalia que deve ser suprimida ou que deve ser mesmo tolerada para que o normal exista. (PINTO, 1998, p. 9).

Observa-se que a homossexualidade é transformada e culturalmente expressa ao longo dos tempos, associada a contextos diversos; aqui cabe também entender que por muito tempo o corpo feminino fora entendido como o avesso do masculino, a mulher acabou por ser considerada como um homem invertido, menos perfeita, desempenhando papel diferenciado como se fosse natural e, portanto, tendo que interagir sexualmente com homens para se tornar “alguém”. LAQUEUR (2001) retrata em sua obra “Inventado o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud”, no caso da homossexualidade, especialmente a masculina, incomoda à sociedade o fato dos papéis de gênero existente ser equiparado ao feminino.

BUTLER (2003) contribui para o entendimento a respeito dessa construção heteronormativa de gênero que aponta o binário sexual macho/fêmea num determinismo biológico que vem a se completar, pois o homem – a figura forte, ativa e viril, deve ter como par a mulher - a figura frágil, passiva e delicada, numa espécie de complementaridade somente viável entre seres de sexos opostos. Deve ser ressaltado que as pessoas não nascem com essas identidades, elas se constroem a partir do útero materno, embasadas em associações que vão desde as cores para meninos/meninas e, com a infância, através de comportamentos tipificados como masculino/feminino que seguem por toda a existência das pessoas. Na sociedade que nada é estático e/ou fechado; ainda mais quando se trata de pessoas que possuem características únicas, inteligência diversificada agregadas à subjetividade, logo há pessoas que buscam romper com tal modelo e aí podem vir a sentir o peso da ousadia.

Diversificadas formas de exercer controle sobre a sexualidade se fizeram presentes ao longo da existência humana, seja através da medicina (por exames e pela psiquiatria), por avaliações pedagógicas e o tão presente “controle familiar” que objetivavam vigilância e

repressão ao que seja “diferente” a heteronormatividade, na verdade acabavam por estimular um jogo de prazer/poder.

Pode-se constatar que o universo do poder, quando se trata de controle da sexualidade é ambivalente e repleto de contradições, por isso é importante que se leia a concepção de FOUCAULT (2004):

A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas da sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 2004, p. 88-89).

FOUCAULT (2004) trata de uma modalidade no mínimo curiosa – “o prazer de contar e o de ouvir” e parte para a perspectiva da construção social da sexualidade, cuja aceitação cabe a quem acreditar na verdade que melhor lhe convier. Atualmente os mais diversos setores da sociedade entram em debate e até mesmo confronto quando se fala de diversidade sexual, destacando-se o patriarcado como o principal ponto de origem da opressão sofrida por pessoas homossexuais, que se enquadram na comunidade LGBT.

A homossexualidade ainda é um fenômeno não aceito na sociedade e por conta da rejeição, algumas situações podem se configurar enquanto atitudes de cinismo homofóbico, dentre elas: o escárnio, as agressões físicas, morais e psicológicas. Essas atitudes podem levar pessoas que vivem sua homossexualidade a condição emocional e física totalmente alterada, sem qualidade de vida, com baixa auto-estima e em muitas ocasiões sem a própria vida, após a experiência com essas violências, como se vê divulgado pela mídia. Neste caso encontra-se novamente a relação de poder, que direciona e faz acontecer, que é bastante vasta, dando espaço à subjetividade, e que assim define FOUCAULT (2004):

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Analisando a questão do poder se encontra que é, exatamente, da forma como FOUCAULT (2004) mostra a seus leitores, um campo aberto que aparece em todas as relações, inclusive nas institucionais, desde os níveis básicos onde transitam as/os servidora(e)s de atendimento e de apoio, como em termos de gestora(e)s e daí no caso específico dos serviços

prestados pela Polícia Civil, de vir a tornar essa correlação de poder uma experiência negativa para quem recebe tais atendimentos e/ou intervenções. “Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios que permitam a análise das relações de poder” (FOUCAULT, 2004, p. 248).

Inicia-se a observar uma estigmatização, que surge como mecanismo operador na manifestação de poder, sendo bastante forte e imbuído por possíveis preconceitos, cuja base se encontra no modelo heteronormativo, onde os papéis de gênero foram e são construídos historicamente, cabendo às posturas ditas femininas somente às representantes consideradas biologicamente mulheres e o oposto aos biologicamente inversos, os homens, logo quem foge a tais normas sociais poderá sofrer atitudes de cunho homofóbico.

Ainda considerando a existência dessa invisibilidade, esta pode vir a contribuir para a que pessoas homossexuais sofram a consequente dificuldade de acesso a serviços, recaindo na baixa qualidade das políticas, enquanto uma possibilidade de preconceito. Segundo a ótica política, podendo se associar a essa invisibilidade a não sujeitos de direito, o que vem a explicar uma requisição política de organização dessas pessoas para serem incorporadas como cidadãos que devem ser atendidos pelo Estado. Deve ser considerado também que esse grupo não é invisível em termos de reconhecimento social, ainda que não seja um reconhecimento positivo e neste aspecto HELLER (2004) diz a:

Maioria de nossos preconceitos tem um caráter mediata ou imediatamente social. Em outras palavras: costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de mediações (HELLER, 2004, p. 49).

Nota-se a chamada de atenção da autora para o fator de que mesmo sendo construído socialmente, este poder individual na forma de se externar, em qualquer espaço ocupado, assume tais posturas por quem o usa.

1.3 Movimento Social (LGBT) e Políticas Públicas

Com o advento do movimento feminista no mundo, bem como dos movimentos sociais promovidos por lésbicas e *gays*, a partir do ano de 1960 propiciou-se, inclusive a nível internacional, novas possibilidades para reconhecimento da diversidade sexual, tomando por base revisões dessa famosa diferença social em torno de gênero sexual e da busca de visibilidade. Isto recaiu na esfera das políticas públicas como espaços para a garantia de direitos.

Aqui, cabe resgatar o que se deve entender por políticas públicas, que segundo WATSON (1984) é uma diversidade de ações promovidas pelo governo, visando atender as demandas de toda a sociedade.

Assim sendo, que se entenda como Estado o ente que tem por objetivo a composição para a solução de interesses sociais, sendo o instrumento adequado para atender a demanda de interesse da sociedade as políticas públicas, assim FALEIROS (2007) o define:

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais (FALEIROS, 2007, p. 46).

O Estado é uma necessidade da condição humana, que é mutável à evolução da sociedade, sendo o Estado moderno um resultado das tensões sociais, advindas das transformações na forma de pensar, sentir e agir do ser humano, perseguindo a ampliação do bem estar social e da inclusão.

Há de se destacar que o MLGBT contribuiu, e muito, para que avanços ocorressem, tanto que o Brasil participou de discussões sobre o tema da discriminação com base na orientação sexual, quando este fora formalmente suscitado, pela primeira vez em um foro das Nações Unidas, durante a Conferência Mundial de Beijing em 1995. Já com base na articulação e consultas feitas junto à sociedade civil organizada, o governo brasileiro levou o tema para a Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago do Chile, em 2000. Esse debate foi retomado, de forma organizada, durante o processo preparatório para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância realizada em Durban, África do Sul em 2001. Predominantemente todos os eventos e políticas que surgiram e/ou surgirão, no campo de conquistas para a comunidade LGBT, são totalmente contextualizados nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos; sendo a participação da sociedade civil organizada – MLGBT - um

fator que faz a diferença quando exerce pressão aos governantes para incluir, em suas agendas políticas, questões antes sequer pensadas por esses gestores as quais aumentarão o acesso às categorias ditas como diferentes. O material de Gestão de políticas públicas em gênero e raça, vol. I (2010) chama a atenção sobre isso e nele temos a seguinte afirmação:

O reconhecimento das diferenças não implica para Taylor, uma maior fragmentação. Ao contrário, aumenta o grau de participação dos diferentes, da identificação desses com o universo político, desenvolvendo em todo o sentimento de que as instituições são capazes de garantir sua dignidade. (HELIBOM, Maria L; ARAÚJO, Leila; BARRETO Andreia, 2010, vol. I, p. 39).

A constituição Federal do Brasil de 1988 assegurou como um dos direitos sociais básicos, a Segurança Pública, que pela dinâmica da sociedade teve que desenhar um novo modelo com política pública vem sendo (re) desenhado, se criado o Plano de Prevenção da Violência Urbana, sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, que materializou a Ação 121 do Plano Nacional de Segurança Pública, que visa uma ação simultânea entre as esferas de governo, buscando a intervenção com eficácia, respeitando os direitos fundamentais da pessoa humana, priorizando o eixo preventivo e não somente o coercitivo das ações, e com envolvimento da sociedade civil nesse processo.

A Carta Magna brasileira foi um marco no progresso de direitos individuais e coletivos, já que assegurou em seu artigo 5º, o tratamento igualitário e não discriminatório a qualquer indivíduo, independente inclusive, da orientação sexual de cada um. Com essas garantias legalmente asseguradas, novas conquistas surgiram nas mais diversas áreas do Estado, conquistas estas que vem sofrendo resistência a sua plena efetivação, inclusive no seio do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, onde servidores podem apresentar atitudes que conflitam com os novos direitos.

Importante salientar o aspecto interdisciplinar das demais políticas que constroem a interface com ela, ultrapassando a antiga concepção de combate à criminalidade, garantindo assim a segurança em seu aspecto subjetivo. Estar seguro é não apenas estar livre do risco de tornar-se vítima de crimes, mas também livre do medo, livre da violência gratuita, livre do risco de ser destrutado pela polícia e pela justiça.

A política de Segurança Pública e Defesa Social pode ser considerada como complexa de se desenvolver e avaliar principalmente quanto a sua aplicação que é um aspecto complexo. As questões de ordem social que apresentam diversas relações de grande porte e, portanto, mensuram esse aspecto não é tão simples por ser uma construção diária para as

instituições do Sistema de Segurança Pública como um todo onde se deve observar a melhoria da qualidade de vida numa avaliação da eficiência.

Não é por acaso, que as ideologias existentes nos dias atuais têm por base idéias construídas desde os primórdios da humanidade, de conduta heteronormativa, de que o homem é macho e caso venha a fugir dessa forma de agir, sua conduta será vista como anormal, e isso demonstra a necessidade de se buscar cada vez mais espaços para quebrar o que está posto, onde se entende que as políticas públicas têm papel fundamental, pois é através delas que se obtêm conquistas de espaços à essa população que busca incessantemente por ampliação de direitos (neste caso a comunidade LGBT).

Estudos acerca das questões de sexo, gênero, diversidades sexuais, preconceito, invisibilidade, estigmatização, poder, políticas públicas, e outros, são importantes para contribuir à construção de políticas públicas que possam tornar visíveis cidadãos que tem direitos garantidos constitucionalmente.

As pessoas que vivem de forma não heteronormativa, ante a repressão sofrida começaram a se organizar através de movimentos sociais que congregaram os mais diversos segmentos dessas pessoas, surgindo assim o MLGBT. Com a organização desse movimento, os homossexuais passaram a questionar e se posicionar no sentido da obtenção, expansão e garantia de direitos.

Atualmente se observa que políticas públicas começaram a ser pensadas e implementadas para atender essas demandas da população LGBT, o que torna necessário reforçar o entendimento a cerca de políticas públicas, que em conformidade com o Manual Políticas Públicas: conceitos e práticas, temos que “são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacional, estadual e municipal) traçam para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público” (LOPES, B; AMARAL, J. 2008, p. 05).

As políticas públicas servem para atender as demandas da sociedade, que devem chegar ao governo por meio dos grupos organizados que as apresentam aos governantes a fim de que possam ser viabilizadas e implementadas enquanto políticas, que podem ser distributivas, construtivas ou de infra-estrutura, regulamentares e ainda redistributivas.

Para se verificar como anda a execução dessas políticas, se utiliza o meio denominado de avaliação, que segundo CUNHA se define como sendo:

Uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais: gera informações que possibilitam novas escolhas; analisa resultados que podem sugerir a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados (CUNHA, 2006, p. 49).

As avaliações podem ser classificadas de acordo com alguns critérios, segundo COHEN E FRANCO (2004), critério que considera o agente que realiza; que leva em conta o momento de sua realização, e ainda o que observa os tipos de problemas ou perguntas que as avaliações respondem.

No critério que leva em conta o agente que realiza, pode se ter: avaliação externa que busca objetividade, isenção e possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os de outras políticas públicas sendo realizadas por pessoas experientes e sem vínculo com a instituição executora.

Em se tratando do critério que considera o momento de sua realização temos: Avaliação ex-ante, desenvolvida para possibilitar a tomada de decisão quanto a ordenação e implementação ou não da política, sendo realizada no início destas; avaliação ex-post que tem grande aplicação no transcurso da execução da sendo transcurso no transcurso da execução da política, para que se possa a partir dos resultados decidirem se deve continuar ou sofrer modificações.

Quando se considera os tipos de problemas ou perguntas que as avaliações respondem podem ser: avaliação de processos, que se realiza durante a execução da política, servindo para identificar, corrigir e realizar adequações face as dificuldade encontradas; avaliação de impactos ou resultados, que é de grande complexidade, pois implica no uso de hipóteses como se a solução se aplicasse a outras realidades ou não, se as mudanças encontradas se devem a intervenção ou a outros fatores, e ainda se as mudanças são permanentes ou temporárias, e param com a interrupção da política. Busca verificar se objetivos foram alcançados, e quais seus efeitos, e ainda se houve modificação na demanda que originou essa política pública.

1.4 Avanços obtidos para população LGBT

É importante destacar que recentemente foram obtidos alguns direitos pela comunidade LGBT, em nível nacional/estadual. Na área da saúde uma das políticas que mais se destacou através do enfrentamento das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a AIDS, ainda no ano de 1990, devido à proliferação da AIDS junto a comunidade homossexual masculina. No campo da justiça, o reconhecimento das uniões homoafetivas em 05/05/2011, obtido por decisão unanimidade do Supremo Tribunal Federal-STF e, mais recentemente, em 14/05/2013, aprovação de uma resolução que obriga os cartórios, de todo o país, a celebrarem o casamento civil e converterem a união estável homoafetiva em casamento.

A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, através do decreto nº 3.959/2001, de 04 de outubro de 2001, foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro: que instituiu em 2004 o Programa BRASIL SEM HOMOFÓBIA (Programa de Combate à Violência e Discriminação contra Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais/GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual). A criação deste Programa foi uma das reivindicações do Movimento/LGBT junto ao Estado, visando garantir a cidadania desta comunidade no Brasil, através da criação de políticas afirmativas dos direitos dos homossexuais, em diversas áreas, tais como: Educação com o currículo de base nacional; saúde através de várias conquistas, dentre elas a Portaria nº 1.820, de 13/08/2009, que em seu Art. 4º, § único, inciso I garante o direito ao uso do nome social e na Justiça o reconhecimento das uniões homoafetivas, datado de 05/05/2011, que teve unanimidade do Supremo Tribunal Federal (STF).

O lançamento do Programa Brasil sem Homofobia de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT's, e de Promoção da Cidadania Homossexual em 2004, foi considerado como um marco para o (re) pensar de práticas institucionais que possibilitem acesso a direitos que até então não conquistados.

A criação deste Programa foi uma das reivindicações do Movimento/LGBT junto ao Estado, visando garantir a cidadania desta comunidade em diversas áreas com a implementação de políticas afirmativas dos direitos dos homossexuais. Dentre as políticas afirmativas estão: educação com o currículo de base nacional, saúde, o direito ao uso do nome social garantido pela Portaria nº 1.820, de 13/08/2009, que em seu Art. 4º, § único, inciso I e na Justiça o reconhecimento das uniões homoafetivas, datado de 05/05/2011, que teve unanimidade no STF.

A Lei 11.530/07, que instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/PRONASCI, tendo como um de seus focos, o de atuação policial, para favorecer a formação e valorização das forças de segurança,

Com esses avanços, um fenômeno antigo como é o da discriminação por homossexualidade, começou a ser combatido uma vez que as políticas que começaram a ser criadas vêm a responder as demandas dessa sociedade, pois começaram a surgir planos, programas e projetos que buscam superar e/ou minimizar situações de vulnerabilidade nesse campo.

Seguindo no avanço de conquistas, a política de segurança pública baseada nos princípios do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 / PNDH-3, de 24/08/2007, publicado em 12/05/2010, dita:

Diretriz 13 – Prevenção de violência e de criminalidade e profissionalização de atos criminosos, através de seu objetivo estratégico de número V – Redução da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade, no item “d” – *Promover campanhas educativas e pesquisas voltadas à prevenção da violência contra deficientes, idosos, mulheres, indígenas, negros (...), lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travesti* (PNH-3,2010, p. 116).

Com base nessa definição surgiu no estado do Pará o Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, como uma política pública de Segurança Pública e Defesa Social, que visa atender uma das reivindicações do Movimento LGBT, bem como de observar os princípios do PNDH -3, buscando superar concepções de agentes desse Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, constituído por policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, servidores do Departamento de Trânsito - DETRAN e do Centro de Perícias Científicas CPC, que em alguns momentos podem estar impregnadas de preconceitos face à população LGBT e suas dinâmicas.

No estado do Pará, desde dezembro/2008, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP, o Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia e a partir deste os desdobramentos para a transformação deste em programa de ações, o que foi efetivado através da Resolução 155/10-CONSEP, que instituiu o Comitê Gestor do Plano Estadual de Segurança Pública de Combate à Homofobia, em setembro/2010.

É importante informar que, dentre as representações que constituem este Comitê Gestor se encontram cinco (5) pessoas do MLGBT, de acordo com o respectivo segmento sexual: uma lésbica; um *gay*; uma bissexual; uma travesti e uma transexual; somado ao fato de que existem pessoas do próprio Movimento que contribuem, na efetivação das ações desenvolvidas por esse.

No Pará pode ser destacado: a) Portaria 16/2008 da SEDUC (Secretaria de educação), que prevê o respeito ao nome social, independentemente de registro civil, sobretudo no ato da matrícula; b) Portaria 1299/09, de 15/11/2009, que garante visita íntima homoafetiva a internos (as) do Sistema Penal, sendo a vanguarda em relação a outros estados da Federação, como o estado do Rio de Janeiro, que através da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos anunciou desde o dia 29/04/2011 que “homossexuais reclusos/as, em presídios fluminenses, terão direito à visita íntima”, com base em uma ação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Fonte: Agência Brasil, 2011); c) Decreto nº 1.675, de 21/05/2009, determina aos órgãos da administração direta e indireta o respeito ao nome público de transexuais e travestis e d) Decreto nº 726, de 29.04.2013, que institui a expedição da Carteira de Identidade de Nome Social a travestis e transexuais.

Apesar de fatos e dados existentes em torno da violência contra LGBTs, não se tem até o momento nada concreto, aprovado em termos da legislação brasileira que garanta o refutar de tais atitudes; o que há é um Projeto de Lei/PL C.122/2006 (que altera o código Penal, criminalizando a homofobia) que já conta com seis (6) anos tramitando no Congresso Nacional, talvez sem muito interesse em sua regularização.

Encontra-se, também, tramitando (a passos bem lentos) o anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual que, no item II – princípios fundamentais, em seu artigo 4º, inciso VIII, prevê: “*direito fundamental à felicidade*”; além do item XIII, que dita, o acesso à justiça e segurança.

2 CAPÍTULO 2: PERFIL DAS(OS) USUÁRIAS(OS) DO SERVIÇO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL A PARTIR DA FICHA DE DECLARAÇÃO DE GÊNERO

Com finalidade de saber quem são, o que fazem e como se estruturam as pessoas que vem buscando o serviço da Carteira de Identidade Social, desenvolveu-se o presente estudo onde se construiu perfil sócio/demográfico da(os) respectivos usuários, o que auxiliará análise e interpretação de dados obtidos e trabalhados no último capítulo.

Para realização desta etapa foram coletadas informações junto a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, por meio da Coordenadoria de Proteção e Livre Orientação Social - CLOS, órgão responsável pelo preenchimento das fichas de declaração de gênero e do respectivo requerimento que antecede esta, em julho de 2014, sendo estas informações confirmadas pelo responsável pela emissão desse documento na Polícia Civil – PC, o Instituto de Identificação Civil “Enéas Martins”, ambos do Estado do Pará, para identificação e estudo do perfil da(os) usuária(os) da Carteira de Identidade Social, e do levantamento acerca daquela(es) que efetivamente se cadastraram e procederam a emissão dessa identidade social, no período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, perfazendo um total de 06 (seis) meses, quando se obteve um total de 74 (setenta e quatro) pessoas que se identificaram como transgêneras, sendo estas travestis e transexuais, com utilização desse serviço da Política Pública de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, as quais preencheram o requerimento à “declaração de identidade social”, na CLOS, ressaltando-se que desse total apenas 63 (sessenta e três) declarações foram utilizadas neste estudo, pois as outras 11 (onze) tiveram preenchimento diferenciado e não apresentaram todas as informações essenciais a realização do trabalho.

Esses requerimentos também são conhecidos como ficha de identificação da(o) requerente (Anexo 1) encontra-se dividido em três partes: a primeira onde se encontram os dados de identificação, constando de nome social; nome civil; filiação; data de nascimento; sexo biológico; nacionalidade; cidade de nascimento (naturalidade); profissão; tipo sanguíneo; escolaridade; número da carteira de identidade civil- RG; cadastro de pessoa física - CPF (opcional); endereço; número de telefone; email. A segunda parte, em forma de questionário onde constam os seguintes questionamentos: como se identifica; identidade de gênero; como assume a identidade de gênero; se assume a identidade de gênero de forma contínua ou não; orientação sexual; se é reconhecida pela família pelo nome social; se é reconhecida na comunidade em que vive pelo nome social; se fez ou faz tratamento hormonal; se fez cirurgia

de readequação de sexo. E a parte final onde se apresenta informações sobre: com que idade assumiu seu nome social; e se faz parte de algum movimento LGBT. Constando ainda data de preenchimento e assinatura da(o) interessada(o).

A partir dos dados coletados foi elaborada uma Análise Descritiva detalhada das informações obtidas, para se conhecer melhor o perfil dessas pessoas que buscam por cidadania e dignidade, querendo ser tratada(o)s como seres humanos que precisam de respeito e políticas públicas eficazes.

Na análise foi utilizado o percentual em cima do total de 100% das fichas pesquisadas. Ressaltando-se que dentre os 63 (sessenta e três) requerimentos trabalhados foram identificadas 40 (quarenta) transsexuais e 23 (vinte e três) travestis.

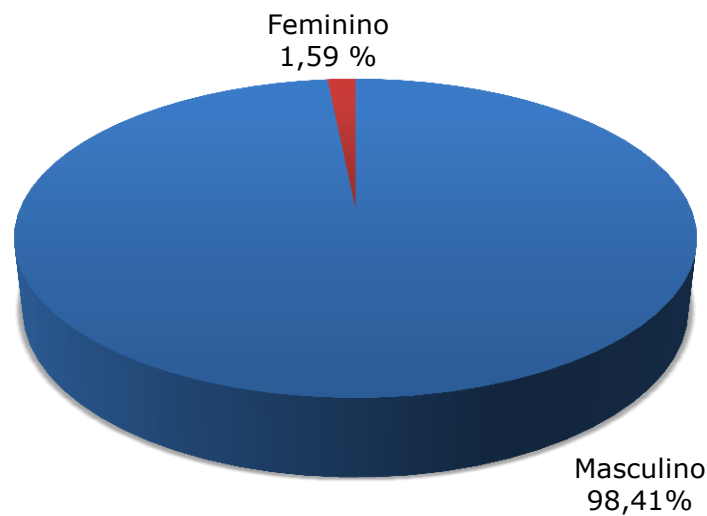
A seguir são apresentadas 13 (treze) figuras e 10 (dez) tabelas elaboradas a partir das informações coletadas junto a travestis e transexuais, nos requerimentos mencionados, que foram usuária(o)s do serviço de emissão da Carteira de Identidade Social e a respectiva análise dos dados obtidos, ressaltando-se que parte dessas tabelas tiveram as variáveis cruzadas para se obter um melhor entendimento do perfil da(o)s usuária(o)s.

Percebeu-se que a maioria da(os) travestis e transsexuais que preencheram a declaração de identidade social são do sexo masculino (98,41%)(Figura 1).

Estudos desenvolvidos sobre a temática afirmam que para ciência biológica o que determina o sexo das pessoas é o tamanho de suas células reprodutivas e não somente isso, se definindo se a pessoa é macho ou fêmea, não havendo influências culturais sobre isso, pois se ocorrer tal coisa se estará falando de outro fato, como afirma GOMES (2012). Assim se tem nas afirmativas da(o)s travestis e transsexuais, que mesmo com seu gênero e orientação definidas, definem-se como sendo biologicamente do sexo masculino ou feminino, mesmo em discordância a forma como se apresentam, sentem e vivem. Assim os autores vem estudando:

A diferença biológica entre os sexos, isto é entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros (BOURDIEU, 1988, p.20).

Figura 1: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Identificação do Sexo Fisiológico.*



A Figura 2 foi construída com base nos dados de orientação sexual, onde a maior parte da(o)s travestis e transsexuais declararam ser heterossexuais (47,61%), seguido da(o)s que se declararam homossexual (42,86%). As pessoas que informaram ser bissexual totalizaram um percentual de 7,94%, e ainda os que se apresentaram em uma categoria definida como pansexual⁴(1,59%).

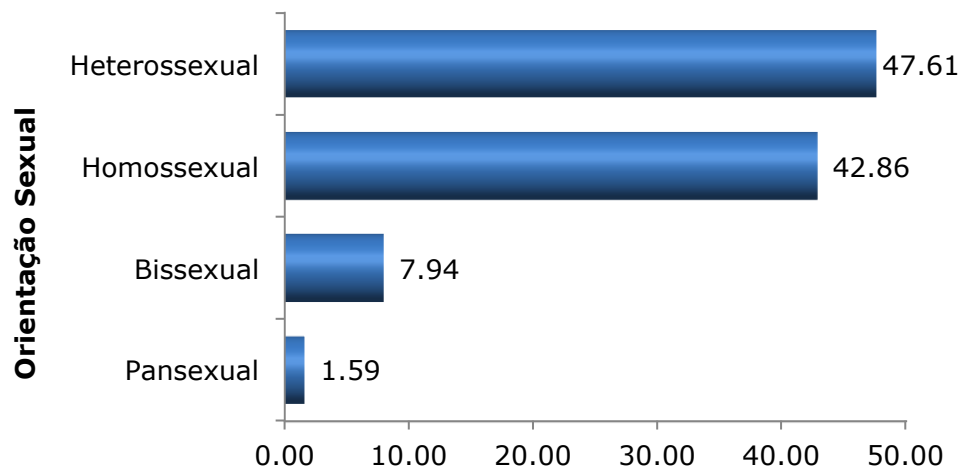
De acordo com SÁ NETO E GURGEL (2013) para a moderna psicologia, a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade são expressões do desejo humano e não simples opções da forma de se viver, que se apresentam como uma demonstração clara do desejo, do sentimento, que se constitui na livre orientação afetivo-sexual, constitucional e internacionalmente tutelada. Destacando que essas formas de orientação sempre existiram, causando muita infelicidade face relações assumidas, de acordo com o momento em que se vivia, em ainda em cordo com a cultura vigente, quando as pessoas tinham que se mostrar de cordo com os conceidos daquele momento, e assim, esconder as orientações que realmente possuíam, num grande diferencial com os dias atuais quando se é mais pacífico falar de orientação sexual.

E uma coisa interessante, que se demonstra nos dados estudados, a forma natural como as travestis e transsexuais se declaram, em se tratando de orientação sexual: afirmando

⁴ O termo “pansexual”, definido a partir de pessoas do próprio movimento, refere-se a pessoas que fazem sexo com tudo que lhes for conveniente, ou seja, com qualquer tipo de ser vivo ou inanimado. Aqui vale se ressaltar que no instrumental construído esse termo não é encontrado, mas foi respeitada a manifestação de quem assim se identificou (GONEL, 2013, p.1.).

ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais, numa naturalidade totalmente condizente com os dias presentes e, com o que o autor Sá Neto e Gurgel (2013) escreveram em seu estudo, com uma concepção marcadamente socio-cultural e afirmação de que isso é inerente a condição humana, pois essas pessoas transgêneras, do sexo masculino, que se apresentam e vivem como “mulher”, se definem como heterossexuais, que são a maioria delas, numa concepção extremamente moderna de orientação, e ainda num equilíbrio com aquelas que se definiram como homossexuais, cujo percentual é o segundo mais apontado, e seguido das bissexuais.

Figura 2: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Orientação Sexual.*

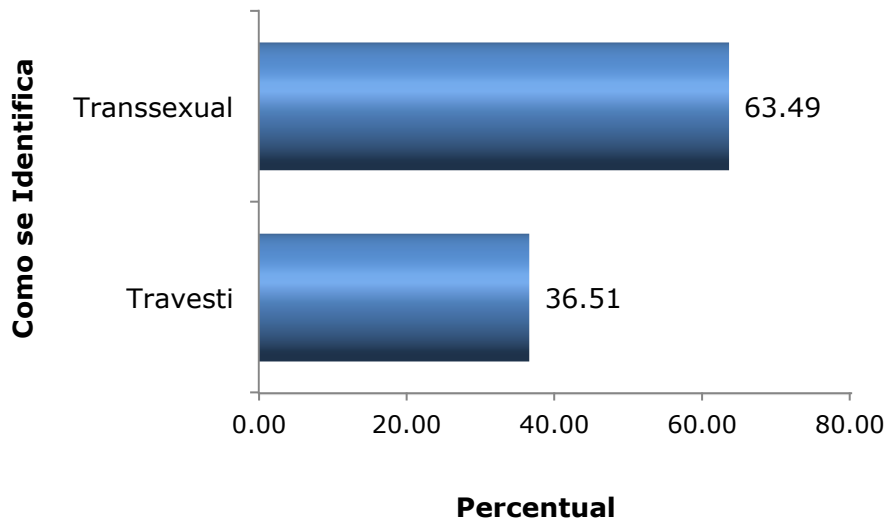


A Figura 3 apresenta a construção de gênero sexual, mostrando como as pessoas transgêneras se identificaram, onde a maioria se apresenta como transsexual (63,49%), seguido de travesti (36,51%).

Na definição de transgêneros, SILVA JUNIOR (2011) a(o)s define como pessoas construídas culturalmente para um e outro sexo, que se apresentam de forma que vai além da questão do gênero, sendo ela(e)s travestis e transsexuais, onde as primeiras “constrõem um imaginário próprio (...) se voltam para o sexo oposto, o que se torna perceptível em suas formas de agir e vestir”, enquanto que a(o)s transsexuais “são pessoas que nascem com um sexo biológico, mas se sentem pertencentes ao gênero oposto” (PICAZIO, 1999, p. 45), assim, se tem uma visao clara do que os estudos apresentam e os dados coletados dizem que a(o)s pesquisada(o)s se enquadram perfeitamente nesse panorama, na forma como que ela(e)s se reconhecem, e com decisão própria sobre como se identificam, sendo também os dados

confirmados por outro estudo, onde se afirma que ser “transsexual é uma questão de identidade” (JESUS, 2012, p. 7).

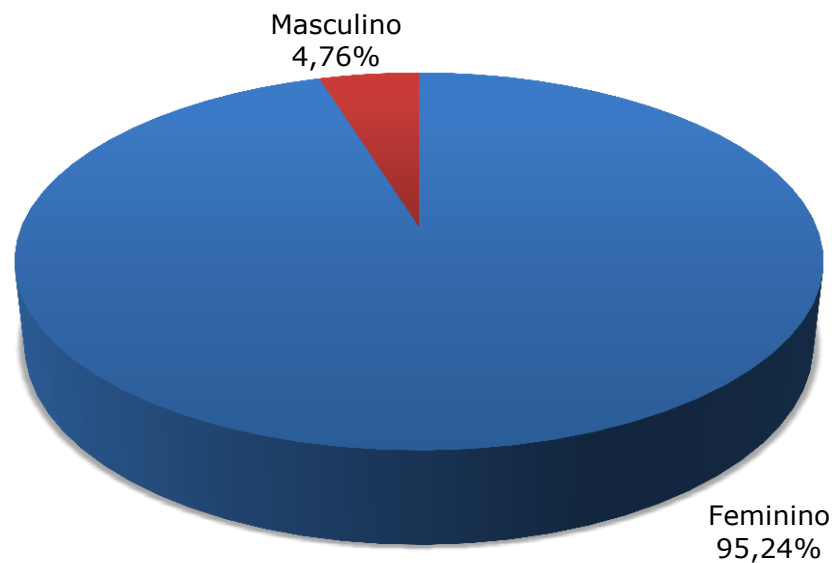
Figura 3: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, pela forma Como se Identifica.*



A Figura 4 mostra a identidade que transsexuais e travestis assumem socialmente, como se mostram publicamente, demonstrando, a partir de suas informações, que a maioria se apresenta como pessoas femininas (95,24%), e que apenas 4,76% de forma masculina.

O dados demonstram a forma como as pessoas transgêneras se apresentam socialmente: na quase totalidade, com uso de vestes femininas, assumindo sua apresentação como mulheres, pois a elas é imprescindível viver o papel feminino no seu dia a dia, mostrando como se sentem por dentro, confirmando assim o que JESUS (2012) escreveu sobre essa temática, e ainda o que foi trabalhado por REIDEL (2013), onde trabalhou mostrando como uma professora transsexual se apresentava, trazendo à comunidade o gênero feminino assumido pelas pessoas transgêneras, se apresentando publicamente na condição feminina, e como professora transexual ou travesti “com características diferentes das professoras heterossexuais, cuja cena marcada pela sensualidade da mão que segura o giz, a forma que este corpo apresenta o lugar onde ele esta e o salto alto, demarcam um novo olhar” (REIDEL, 2013, p. 7), numa demonstração clara, que perpassa para a contemporaneidade de papeis.

Figura 4: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Identidade que Assumem Socialmente.*

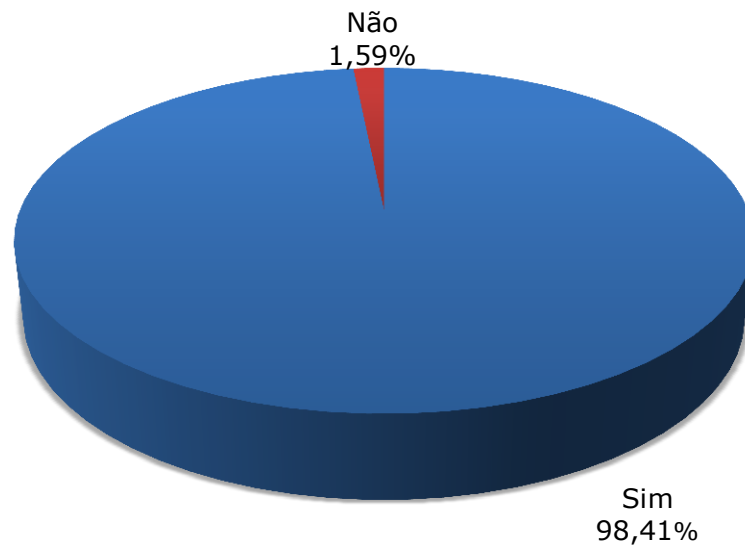


A Figura 5 mostra que a maioria das pessoas transgêneras fazem uso de sua identidade social publicamente (98,41%).

Os dados coletados mostram que o público alvo desse trabalho, na sua grande maioria faz uso de sua identidade social publicamente, fazendo uso do seu nome social que escolheram para serem chamadas e conhecidas, que para ela(e)s demonstra quem são e apresentando-se em oposição ao nome civil que deixaram guardado, confirmando-se assim que:

Para travestis, homens e mulheres, transsexuais e pessoas que destoam das normas de gênero, o nome social é um elemento central na construção das suas novas identidades. Esse novo nome, que podemos compreender como nome social é cuidadosamente escolhido e passa a ser utilizado para se relacionar com outras pessoas e se apresentar socialmente. Nossa experiência empírica como pesquisadores(as) do campo do gênero e da sexualidade mostra que a aceitação do uso do nome social por parte da população e das instituições de forma geral é encarada por essas pessoas como uma forma de respeito a sua construção identitária (GUARANHA; LOMANDO, 2013, p. 54).

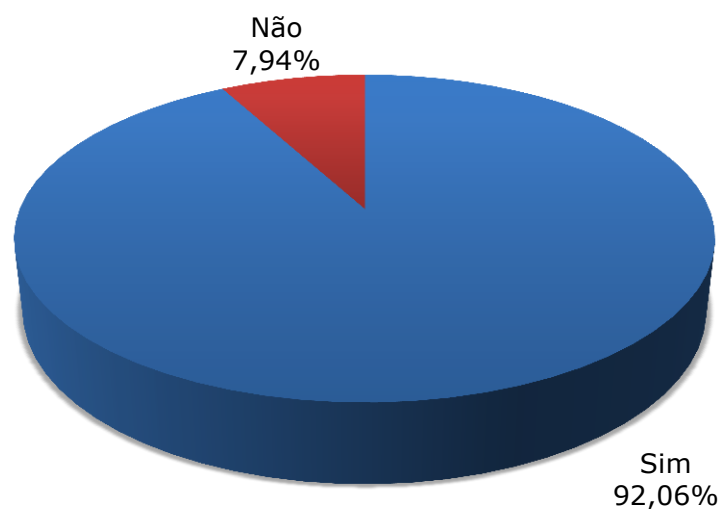
Figura 5: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Uso da Identidade Social Publicamente.*



A Figura 6 foi elaborada com base no reconhecimento do nome social adotado por transsexuais e travestis pela família, onde a maioria é reconhecida e aceita no seio familiar (92,06%).

Os estudos desenvolvidos por AMARAL (2013) vem de encontro aos dados apresentados pela pesquisa.

Figura 6: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Reconhecimento da Identidade Social pela Família.*

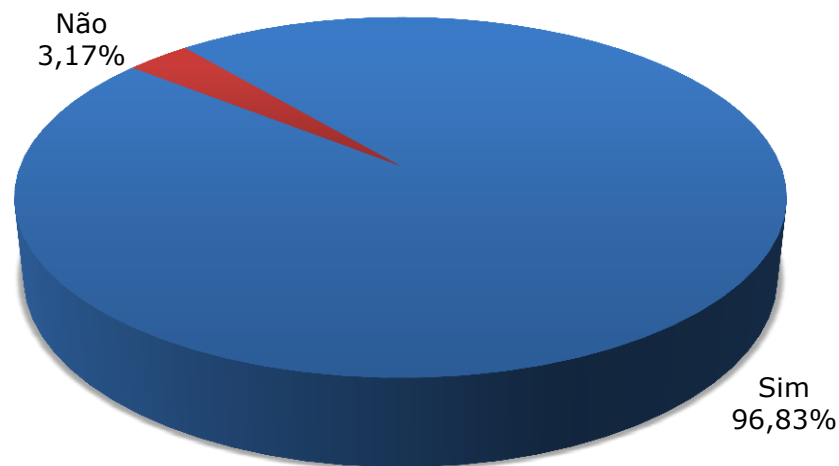


Na Figura 7 se visualiza que a maioria da(o)s transsexuais e travestis têm reconhecimento social pela comunidade (96,83%).

Demonstram os dados que pessoas transgêneras tem o reconhecimento social da comunidade, que as identifica por seu nome social, numa possível atitude de aceitação, o vai confirmando o que foi pesquisado em outro trabalho onde se afirma que:

Nossa experiência empírica como pesquisado(a)s do campo gênero e da sexualidade mostra que a aceitação de uso do nome social por parte da população e das instituições de forma geral é encarada por essas pessoas como uma forma de respeito à sua construção identitária (GARANHA; LOMANDO, 2013, p. 54).

Figura 7: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Reconhecimento da Identidade Social pela Comunidade.*

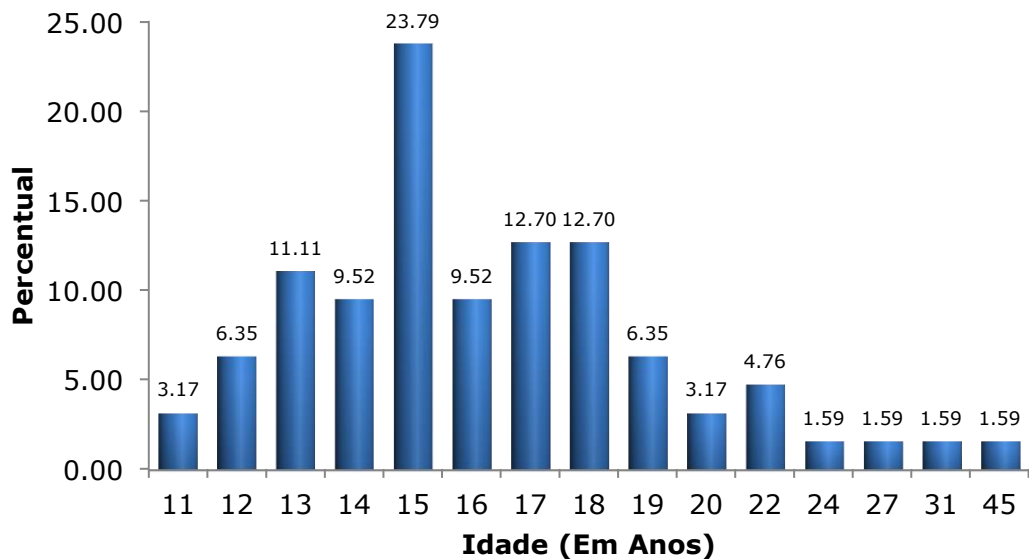


Nos dados coletados e apresentados na Figura 8, observou-se que a maior parte da(o)s transsexuais e travestis assumiram o nome social com 15 anos (23,79%), seguida(o)s da(o)s que assumiram com 17 anos (12,70%), ainda adolescentes e dentro da menoridade, havendo o mesmo percentual para a(o)s que assumiram com 18 anos (12,70%), o que nos leva a concluir que se posicionaram afirmativamente nesta condição bastante jovens.

Os dados estudados revelam que ainda na adolescência as pessoas transgêneras assumiram o nome social, como se observa numa correlação com outra pesquisa desenvolvida, onde se identifica, a partir de estudos junto a homossexuais franceses, diferenças quanto à “experiência da homossexualidade segundo diferentes indicadores sociais, como idade e posição social” (ANJOS, 2000, p. 277). Apresentando a idade intermediária (adolescência) como aquela em que falam abertamente de sua sexualidade, sem preocupação em escondê-la, o que não se apresenta com as demais faixas etárias, levando-se então, a

comparação com os dados que se encontrou neste, de afirmação, que se relacionam com referida pesquisa, pois as pessoas com 15 anos estão em maioria em relação aquelas com outras idades que compõem a adolescência, acompanhadas das que estão na maior idade.

Figura 8: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Idade com que Assumiram o Nome Social.*



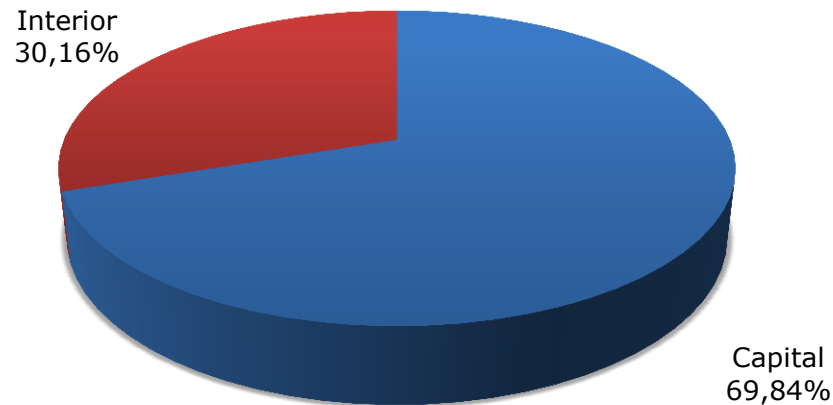
A Figura 9 identifica a região de nascimento da(o)s travestis e transsexuais, onde 69,84% nasceram na capital do estado, enquanto 30,16% no interior do estado.

Na pesquisa denominada de “O deslocamento da população brasileira para metrópoles” se encontrou que:

A grande urbanização do território brasileiro não é um processo estritamente demográfico. Tem dimensões muito mais amplas, é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbana. As cidades além de concentrarem uma parcela crescente da população do país. Convertem-se no locus privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e transformam-se em difusoras dos novos padrões de relações sociais – incluindo as de produção e de estilos de vida (BRITO, 2006, p. 223).

Os dados apresentados pela pesquisa vêm de encontro ao que escreveu o pesquisador BRITO, pois mostra que a grande maioria das pessoas transgêneras tem origem nas capitais (que pode ser entendido como região metropolitana), o que atesta que estas pessoas estão diretamente ligadas a novos padrões de relações sociais.

Figura 9: *Percentual de Travestis e Transsexuais, Quanto ao Local de Nascimento, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará.*



A Figura 10 apresenta dados onde se afirma que a maioria da(o)s transsexuais e travestis possuem ensino médio completo (50,70%), seguida(o)s da(o)s que possuem ensino fundamental completo(14,29%).

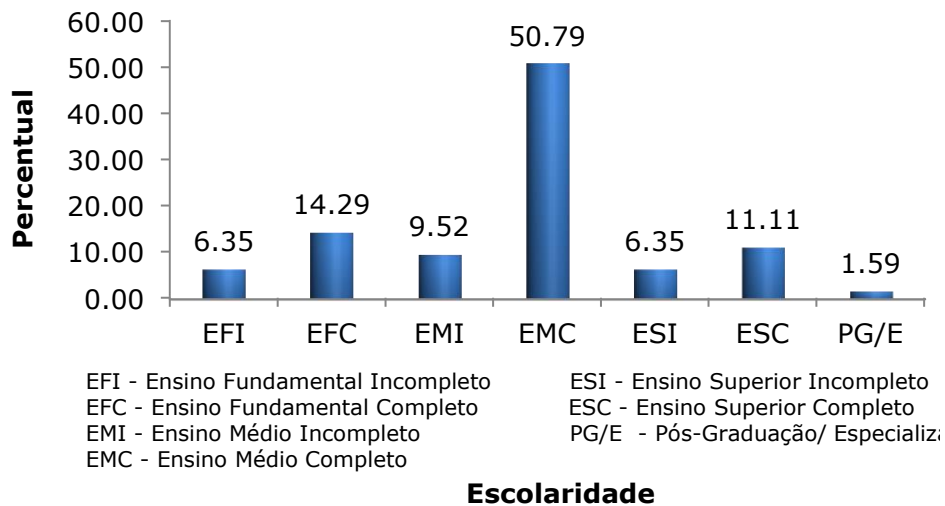
Os dados da pesquisa confirmam o que foi trabalhado no estudo de REIDEL onde esta afirmou que a história dela tem semelhança com a de outras professoras trans e que:

Para Tomaz Tadeu Silva (2000), a escola se constitui em um espaço onde o processo de confronto com as diferenças poderia ser explorado em suas possibilidades formativas. Ao se valer das potencialidades educativas das diferenciadas culturas, valores e representações pulverizadas no ambiente escolar, educadores e educadoras poderiam se lançar em ações pedagógicas que possibilitassem a reflexão crítica acerca das normas e valores sociais que tendem a doutrinar os comportamentos humanos (REIDEL, 2013, p. 3).

Reportando-se aos avanços já alcançados, principalmente no que diz respeito ao nome social para travestis e transsexuais, trabalha-se na busca para se diminuir os altos índices de abandono e evasão escolar, originários de preconceito e discriminação sofridos por essa população, que necessita de garantias para ter mais acesso aos bancos escolares, com observação das diferenças existentes, para que assim possam alcançar uma melhor escolaridade e evitar cair nas ruas, para sobreviverem na maior parte das vezes, como profissionais da noite, ou até mesmo exercendo profissões que exijam baixa escolaridade. “Quando a pessoa trans não consegue vencer a luta pela sobrevivência dentro da escola, acaba sem ter uma base para a busca do trabalho formal” (REIDEL, 2013, p. 4).

É preciso que se busque uma forma de garantir a manutenção dessa demanda nos bancos escolares, para que se vença a falta de escolarização, que afeta diretamente a ordem social.

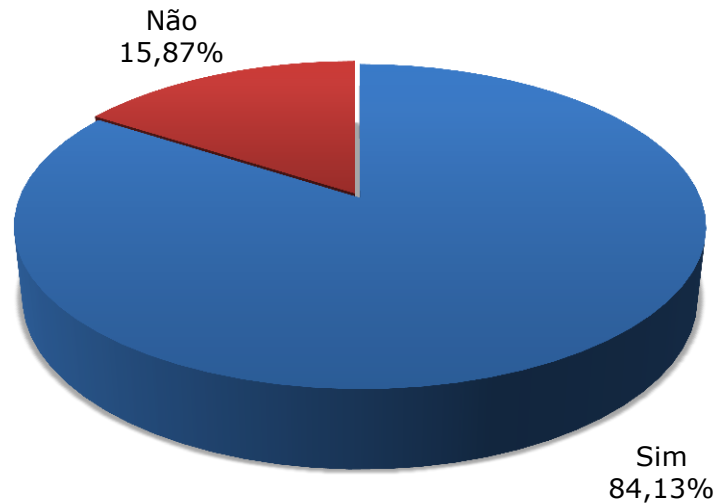
Figura 10: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Escolaridade.*



Verificou-se na Figura 11 que a maioria das pessoas transgêneras realizaram tratamento hormonal (84,13%), enquanto 15,87% não o fizeram.

JESUS (2012), em seu estudo denominado “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos”, afirmou que o tratamento hormonal está inserido no processo transsexualizador, onde as pessoas o realizam, de forma geral, para obter características do gênero que desejam e se identificam; observando-se pelos dados colatados neste estudo, que a grande maioria das pessoas transgêneras procuraram se adequar fisicamente, com a utilização desse tratamento.

Figura 11: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Realização de Tratamento Hormonal.*



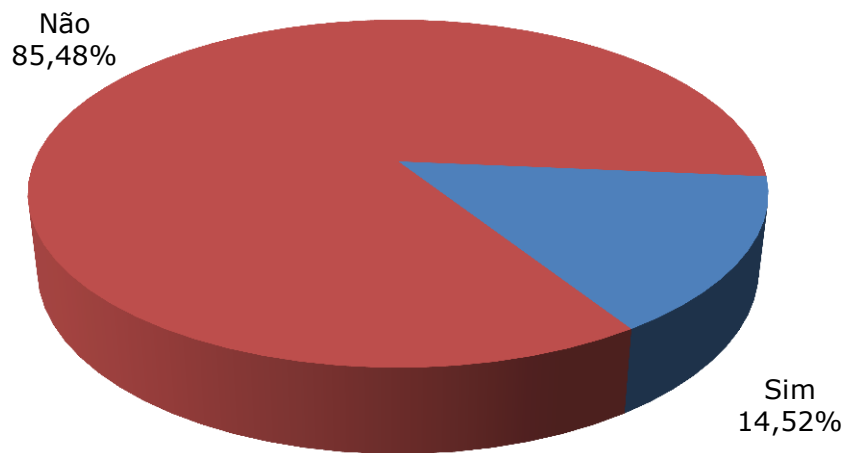
Nos dados apresentados na Figura 12, percebeu-se que a maioria das pessoas transgêneras não realizaram procedimentos de readequação sexual (85,48%), enquanto que 14,52% dessas pessoas o fizeram.

Estudos relatam que há muito preconceito, estigma, falta de conhecimento, e ainda que ausência de informações criam dificuldades para aceitação, amizade e apoio a essas pessoas.

O processo de apoio depende de uma série de fatores: capacidade de pedir ajuda, diferenciação de quem pede ajuda e de quem apóia; visão positiva da rede, abertura em relação às diferenças, visão de si mesma fortalecida. A fase ou momento, além da etapa do ciclo vital dos envolvidos, o contexto, os aspectos culturais e socioeconômicos, também interferem no processo de apoio da rede (FEIJÓ, 2002). Assim, quanto mais a transsexualidade e as diferentes formas de viver a sexualidade forem legitimadas socialmente, maior será a possibilidade de apoio familiar e social às pessoas que realizam cirurgia de transgenitalização (SOARES, 2008, p. 90).

De acordo com a autora já existem ambulatórios especializados devidamente preparados para atender o público que busque pelo serviço de readequação sexual, independente das condições de orientação sexual, configuração corporal, condições materiais e sociais, e, tais afirmações comparadas aos dados encontrados na pesquisa mostram que a(o)s usuária(o)s do serviço, da Carteira de Nome Social não tem buscado por este, por motivos próprios que ficam implícitos nas suas informações.

Figura 12: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Realização de Procedimento de Readequação sexual.*



A Figura 13 mostra que a maioria de transsexuais e travestis não participam do movimento LGBT, apresentando um número bastante significativo de 65,57%, encontrando-se apenas um percentual de 34,43% de pessoas que participam desse movimento. Ressaltando-se que duas pessoas deixaram de preencher esta informação na declaração.

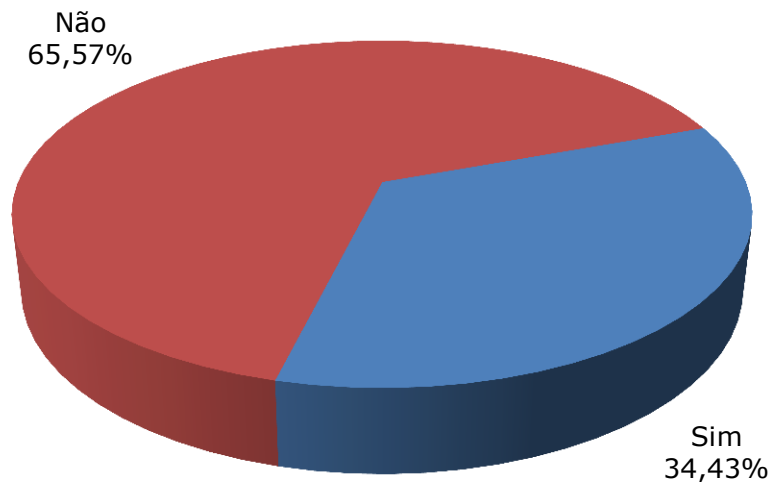
O movimento LGBT, se fortaleceu no Brasil nos anos setenta a oitenta, se distinguindo atualmente pela busca da conquista de visibilidade pública, com utilização das paradas do orgulho LGBT, que se traduzem num fenômeno social e político inovador, congregando protestos, celebração, respeito e solidariedade à livre expressão da sexualidade, face os direitos Humanos.

Esse movimento reúne os diversos seguimentos da população LGBT, dentre estes travestis e transsexuais, que se empenham na contestação e resistência aos modelos sociais excludentes, e apresentam como principal bandeira o combate a homofobia (FURLANI, 2005), colocando-se em defesa de todos dessa população.

Nota-se que a constituição desses grupos é operada fundamentalmente por homossexuais de “classe média”, que adotam o estereótipo gay (PERLONGHER, 1987). Já o travesti, na linha da marginalidade, dificilmente se identifica ou é identificado com esses grupos. Sua conduta contra a discriminação é a reação violenta, ou adaptação a “regras do jogo” (SILVA, 1993). Pode-se pensar, então, que o questionamento operado pelos grupos homossexuais pode ser atravessado pela origem social de seus integrantes (“classe média”) e pelos conteúdos de sua auto-identificação como homossexuais: em que medida o rompimento com uma posição inferior, presente no estereótipo gay, permeia a constituição de um grupo homossexual (ANJOS, 2000, p.278/279)

Vê-se que os dados apresentados pela pesquisa que transgêneros apresentam uma baixa adesão aos movimentos sociais (por travestis e transexuais), o que encontra consonância na fala de ANJOS (2000), quando este trata da não identificação destes com movimentos sociais e ainda quando fala que o perfil masculino encontrado em alguns grupos, na sua auto-apresentação, não atrai a participação de travestis, que têm uma vida muito voltada para o cotidiano.

Figura 13: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Participação em MLGBT.*



A Tabela 1 originou dados onde verificou que a maior parte da(o)s transsexuais e travestis exercem a profissão de cabelereira(o)s (39,33%), seguida(o)s de estudantes (14,75%), e profissionais do sexo (11,48%), cuja somatória destas três profissões declaradas atinge 65,56%, enquanto que o restante encontra-se dividido entre diversas profissões. Havendo, porém, a ressalva de que duas pessoas deixaram de declarar corretamente a profissão, sendo retiradas da tabulação.

Estes dados demonstram no que se refere a inserção no mercado de trabalho um possível preconceito contra as pessoas transgêneras, que pode ser considerado como um dos elementos que a(o)s leva a exercer profissões de baixa remuneração e com poucas possibilidades de crescimento. Também é possível visualizar que a maior parte delas encontra-se distribuídas por profissões que não exigem grandes conhecimentos e técnica, sem conseguir desenvolver aquelas de maior conhecimento e escolaridade. É possível afirmar que já existe um início de acesso as novas possibilidades profissionais, onde ainda que timidamente, já começam a atuar e serem vistas como pessoas e seres humanos que têm

condições de buscaram habilidades necessárias ao exercício destas, o que vem de encontro aos estudos desenvolvidos por ANJOS (2000), onde se mostrou que a profissão de cabeleira se dá principalmente pelo fator de estar relacionada com a feminilidade, o que vem corresponder a escolha dessa profissão que não se equivale a uma profissão tipicamente masculina na autoapresentação corporal.

Tabela 1: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, por Profissão.*

Profissão Declarada	Quantidade	Percentual
Cabeleireira	24	39,33
Estudante	9	14,75
Profissional do Sexo	7	11,48
Autônomo	2	3,28
Doméstica	2	3,28
Vendedora	2	3,28
Agricultora	1	1,64
Arquiteta	1	1,64
Atendente	1	1,64
Cantora	1	1,64
Cobradora Urbana	1	1,64
Comerciária	1	1,64
Contadora	1	1,64
Esteticista	1	1,64
Gestora de Recursos Humanos	1	1,64
Manipuladora de Alimentos	1	1,64
Micro-empresária	1	1,64
Música	1	1,64
Psicóloga	1	1,64
Recepcionista	1	1,64
Técnica de Enfermagem	1	1,64
Total	61	100,00

Nota: Duas pessoas transgêneras deixaram de declarar corretamente sua profissão

Na Tabela 2 se observa que do rol de profissões elencadas a mais exercida é a de cabeleireira, num total percentual de 39,33%, variando a escolaridade a partir do ensino fundamental incompleto até o ensino superior incompleto, totalizando 39,39%. Entretanto, se destacam poucas com uma profissão que requer escolaridade alta, como foi o caso de Arquiteta, Esteticista, Gestora de Recursos Humanos e Psicóloga, num total de 1,64% para cada uma dessas categorias; No geral a prevalência ainda é para as de nível médio completo (52,46%), seguido das com ensino fundamental completo (14,75%).

Na tabela 2 foi realizado o cruzamento de dados para que se pudesse visualizar o grau de escolaridade por profissão exercida por travestis e transsexuais onde se obteve dados comprobatórios de que a profissão de maior índice, que é a de cabeleireira, encontra-se com uma concentração entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo, onde se pode entender que geralmente são bem aceitas no ramo da estética. Mas ainda é possível ver aquelas que atuam enquanto profissionais do sexo, opção feita face a baixa qualificação de muitas delas, que acabam adotando a forma de trabalho que lhes é possível, para assim sobreviverem e terem como prover suas necessidades do dia a dia, uma vez que em muitos casos não têm provimento familiar ou de relação afetiva que possam ter constituído.

Tabela 2: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação a Escolaridade versus Profissão Declarada.*

Profissão	Escolaridade							Total
	EFI	EFC	EMI	EMC	ESI	ESC	PG/E	
Cabeleireira	4,92	8,20	3,28	19,65	1,64	1,64	-	39,33
Estudante	-	1,63	-	8,20	1,64	3,28	-	14,75
Profissional do Sexo	-	-	1,64	8,20	1,64	-	-	11,48
Autônoma	-	1,64	1,64	-	-	-	-	3,28
Doméstica	1,64	1,64	-	-	-	-	-	3,28
Vendedora	-	-	-	3,28	-	-	-	3,28
Agricultora	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Arquiteta	-	-	-	-	-	1,64	-	1,64
Atendente	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Cantora	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Cobradora Urbana	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Comerciária	-	-	1,64	-	-	-	-	1,64
Contadora	-	-	-	-	-	-	1,64	1,64
Esteticista	-	-	-	-	-	1,64	-	1,64
Gestora de Recursos Humanos	-	-	-	-	-	1,64	-	1,64
Manipuladora de Alimentos	-	1,64	-	-	-	-	-	1,64
Micro-empresária	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Música	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Psicóloga	-	-	-	-	-	1,64	-	1,64
Recepcionista	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Técnico de Enfermagem	-	-	-	1,64	-	-	-	1,64
Total	6,56	14,75	8,20	52,45	4,92	11,48	1,64	100,00

Nota: EFI: Ensino fundamental incompleto, EFC: Ensino fundamental completo, EMI: Ensino médio incompleto, EMC: Ensino médio completo, ESI: Ensino superior incompleto, ESC: Ensino superior completo, PG/E: Pós-graduação/Especialização.

As categorias com - não foram citadas.

Duas pessoas transexuais deixaram de declarar corretamente sua profissão.

Os dados apresentados vão de encontro, em concordância, com informações encontradas em outra pesquisa realizada com travestis e transsexuais, onde se obteve que a

maioria apresentou baixo grau de escolaridade (LOURO, 1997), e em decorrência disso houve uma influência direta em suas colocações no mercado de trabalho

Das profissões elencadas na Tabela 3, a de cabeleireira é a mais exercida, variando a idade com que assumiram o nome social entre 11 a 24 anos, num total de 39,34%, com um maior percentual na idades de 14 e 18 o que totaliza 13,12%, sendo 6,56% para cada idade; Entretanto, se destaca a idade de 15 anos como a que possui maior percentual em relação a idade com que assumiram o nome social e as profissões exercidas totalizando 24,58% para variação de 11 profissões (cabelereira, estudante, profissional do sexo, autônoma, agricultora, atendente, cantora, comerciária, manipuladora de alimentos, micro-empresária e recepcionista), seguida da idade de 18 anos com um percentual de 13,12%. Aqui cabe ressaltar que parte destas muitas vezes iniciam a profissão de cabeleireira com menor idade.

Trabalhos desenvolvidos sobre essa temática afirmam que um dos maiores obstáculos à inclusão de transgêneros no mercado de trabalho se encontra no fato de apresentarem as “marcas do corpo”, por estarem fora dos padrões definidos como aceitáveis pela sociedade LOURO (2001); fato que segundo NASCIMENTO (2003), coloca como mínimas as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, mesmo considerando que nas atividades consideradas como femininas, não são tidas como mulher e acabam sendo alvos de preconceitos. Devendo se considerar ainda que se para as mulheres é difícil acessar o mercado de trabalho nas mesmas condições que os homens, para as travestis o desafio é maior, onde pode se destacar a profissão de cabeleireira.

Entretanto quando se observa a colocação no mercado de trabalho, de acordo com os estudos de AMARAL (2013), relacionando a escolaridade aumentam as dificuldades, principalmente por não possuírem nível escolar mais elevado, que na maioria das vezes fica entre o ensino fundamental e o ensino médio completo, isso, muitas vezes ocasionado pela não ruptura das relações familiares.

Não se pode deixar de observar que os dados mostram que se atua como profissional do sexo principalmente com as idades de 15 a 19 anos, quando a maioria assumiu sua identidade social encontrou na prostituição uma fonte de trabalho, sendo esta uma esfera onde podem ser admiradas e reconhecidas, o que faz com que se sintam mais atraentes e com autoestima, por acreditarem ser fonte de desejos, de acordo com o que pesquisou REIDEL (2013), entrando nessa profissão cada vez mais precocemente.

Tabela 3: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação a Idade com Que Assumiu o Nome Social versus Profissão Declarada.*

Profissão	Idade Com Que Assumiu o Nome Social														Total
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	22	24	27	31	
Cabeleireira	3,28	3,28	1,64	6,56	4,91	1,64	3,28	6,56	4,91	-	1,64	1,64	-	-	39,34
Estudante	-	1,64	-	1,64	4,91	1,64	1,64	1,64	-	1,64	-	-	-	-	14,75
Profissional do Sexo	-	-	1,64	-	1,64	-	4,91	1,64	1,64	-	-	-	-	-	11,47
Autônoma	-	-	-	-	1,64	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	3,28
Doméstica	-	-	-	-	-	1,64	-	1,64	-	-	-	-	-	-	3,28
Vendedora	-	-	1,64	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	3,28
Agricultora	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Arquiteta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	1,64
Atendente	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Cantora	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Cobrador Urbana	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Comerciária	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Contadora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64	1,64
Esteticista	-	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Gestora de Recursos Humanos	-	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Manipuladora de Alimentos	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Micro-empresária	-	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Música	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Psicóloga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64	-	1,64
Recepcionista	-	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Técnica Enfermagem	-	-	-	1,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,64
Total	3,28	6,56	4,92	9,84	24,58	9,84	11,47	13,12	6,55	3,28	1,64	1,64	1,64	1,64	100,00

Nota: As categorias com – não foram citadas.

Dois pessoas transgêneras deixaram de declarar corretamente sua profissão.

Temos na Tabela 4 que transsexuais e travestis com 15 anos de idade, apresentam o maior índice de escolaridade, com um total de 23,80%, indo do ensino fundamental completo ao ensino superior completo, havendo predominância de (14,27%) com ensino médio completo.

Deve ser destacado que 50,77% possuem ensino médio completo e idade em que assumiram o nome social variando entre 11 e 19 anos de idade, se encontrando a predominância de pessoas com a idade de 15 anos, com que assumiram o nome social e que possuem ensino médio completo, comprovando-se que esta é uma faixa etária significativa, onde em plena adolescência se observa que assumiram o nome social, mesmo com possíveis pressões de familiares e da sociedade que possa vê-las com comportamento diferente daquele esperado de pessoas com outro gênero, numa implícita manifestação de serem vistas e

reconhecidas de acordo com o gênero adotado. O que vem a somar ao trabalho desenvolvido, por afirmar que, a partir de determinada idade não ha como se manter escondida(o) e por passarem a viver em acordo com sua identificação de gênero, passam a ser constrangidas e ridicularizadas, porém ainda assim para ela(e)s serem vistas é obrigatório, pois suas identidades estão de acordo com seus corpos (NETO E GURGEL, 2013).

Tabela 4: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação a Escolaridade, por Idade com Que Assumiu o Nome Social.*

Idade Que Assumiu o Nome Social	Escolaridade							Total
	EFI	EFC	EMI	EMC	ESI	ESC	PG/E	
11	1,59	-	-	1,59	-	-	-	3,18
12	1,59	-	-	4,76	-	-	-	6,35
13	-	1,59	-	3,17	-	-	-	4,76
14	1,59	3,17	-	4,76	-	-	-	9,52
15	-	1,59	4,76	14,27	1,59	1,59	-	23,80
16	-	1,59	-	4,76	-	3,17	-	9,52
17	-	-	1,59	7,94	1,59	1,59	-	12,71
18	1,59	3,17	-	6,35	1,59	-	-	12,70
19	-	-	3,17	3,17	-	-	-	6,34
20	-	-	-	-	-	3,17	-	3,17
22	-	1,59	-	-	-	-	-	1,59
24	-	1,59	-	-	-	-	-	1,59
27	-	-	-	-	-	1,59	-	1,59
31	-	-	-	-	-	-	1,59	1,59
45	-	-	-	-	1,59	-	-	1,59
Total	6,36	14,29	9,52	50,77	6,36	11,11	1,59	100,00

Nota: EFI: Ensino fundamental incompleto, EFC: Ensino fundamental completo, EMI: Ensino médio incompleto, EMC: Ensino médio completo, ESI: Ensino superior incompleto, ESC: Ensino superior completo, PG/E: Pós-graduação/Especialização.

As categorias com - não foram citadas.

Duas pessoas transgêneras deixaram de declarar corretamente sua profissão.

Na Tabela 5 tem-se que de um total de 100% das pessoas transgêneras que fizeram tratamento hormonal, 86,21% teve o reconhecimento do nome social pela família, enquanto que do percentual das que não realizaram hormonal 60,00% tem o mesmo reconhecimento pela família.

Mostram os dados que as transgêneras apresentam uma consciencia de que querem ter o corpo adequado a sua realidade, independente de possíveis conflitos externos e recriminações que lhe possam ser impostas, buscando modelar seus corpos, associando estes a

curvas, volumes e traços femininos que tendem a fortalecer suas auto-estima e personalidade numa busca de não serem confundidas e serem vistas como acreditam que são.

Em trabalhos sobre a temática se encontrou manifestações que materializam da seguinte forma “Entre as pessoas que entrevistei, todas afirmam que possuem relações boas com suas famílias, em que pese algumas diferenças” (AMARAL, 2013, p. 6), tendo em seguida dito que algumas das pessoas entrevistadas se reportaram ao bom relacionamento e apoio que receberam de suas famílias, numa aceitação ao seu processo transformador de seus corpos, face a orientação sexual que adotaram, o leva a se observar que os dados apresentados desta pesquisa comungam com o resultado obtidos por Amaral.

Tabela 5: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação ao Reconhecimento do Nome Social pela Família, versus Realização de Tratamento Hormonal.*

Fez Tratamento Hormonal	Reconhecimento do Nome Social Pela Família		Total
	Sim	Não	
Sim	86,21	13,79	100,00
Não	60,00	40,00	100,00

Na Tabela 6 se confirmou que um total de 100% de pessoas transgêneras que fizeram cirurgia de readequação 77,78% tiveram o nome social reconhecido pela família. Enquanto que do mesmo universo (100%) das que não realizaram o procedimento 94,34% também recebeu o reconhecimento da família.

Os dados revelam que as pessoas transgêneras em sua maioria diante dos processos de transformação de seus corpos, procuram ter aceitação familiar, e tem conseguido, dispensando assim as tão traumáticas cirurgias de readequação, que só vem sendo feito por uma minoria, que incesantemente não se adequa a outra realidade de terem o corpo como o sentem, assumindo esse processo com apoio da própria família. Há uma demonstração de concordância com o que FOUCAULT (2003) chama de romper com o dispositivo de sexualidade para se ter mais equidade nos discursos e práticas das pessoas.

Tabela 6: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação ao Reconhecimento do Nome Social pela Família, por Realização de Cirurgia de Readequação.*

Fez Cirurgia de Readequação	Reconhecimento do Nome Social pela família		Total
	Sim	Não	
Sim	77,78	22,22	100,00
Não	94,34	5,66	100,00

Na Tabela 7 se confirmou que um total de 100% de pessoas transgêneras que realizaram o processo de tratamento hormonal, 98,11% tem o nome social reconhecido pela comunidade, enquanto da totalidade das que não realizaram o tratamento hormonal, 90,00% tem o mesmo reconhecimento pela comunidade.

O cruzamento de dados visualiza que a transformação de corpos, vem acompanhada de aceitação pela comunidade que ocasiona uma sensação de felicidade e bem estar somado ao respeito e aceitação pela comunidade, que começa a considerá-las como seres humanos e pessoas que devem ser respeitadas, não corroborando com os dados de SOARES (2011).

SOARES (2011) afirmou que as transsexuais são incompreendidas em muitas partes do mundo, situação que lhes causa transtornos pois passam a ver seus corpos como inadequados a suas forma de vida, sendo esta uma situação que vem a influenciar negativamente em suas relações familiares e sociais.

Tabela 7: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação ao Reconhecimento do Nome Social pela Comunidade, por Realização Tratamento Hormonal.*

Fez Tratamento Hormonal	Reconhecimento pela Comunidade		Total
	Sim	Não	
Sim	98,11	1,89	100,00
Não	90,00	10,00	100,00

Encontra-se na Tabela 8 um percentual de 77,00% das pessoas transgêneras que realizaram cirurgia de readequação sexual e possuem reconhecimento da comunidade, ainda que 100,00% das que não realizaram obtiveram esse grande apoio de reconhecimento.

Ante os dados obtidos se buscou amparo na pesquisa denominada de Apoio social a transexuais femininas, onde se encontrou que:

O estudo mostrou, portanto, que já há algumas mudanças sociais no que se refere à aceitação das diferenças entre seres humanos, nesse caso, na forma que cada um se constrói como indivíduo e vive sua sexualidade. Mudanças que resultam, inclusive, em serviços de saúde e profissionais especializados e preparados para o apoio a quem busca a cirurgia de redesignação sexual, com suas consequentes transformações físicas, psicológicas e sociais (SOARES; FEIJÓ; VALÉRIO, SIQUIERI, 2011, p. 90).

Os autores mostraram que o estado já se preocupa com a realização de readequação social e suas consequências, e por fim conclui que as relações sociais se mostram mais estreitas nos dias atuais, havendo de acordo com os relatos menos restrição de oportunidades pelo fato de serem identificadas como transexuais, como ocorria anteriormente, onde em comparação com os dados obtidos na pesquisa se observa um maior apoio da comunidade tanto as pessoas que realizaram a cirurgia como as que não o fizeram.

Tabela 8: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em relação ao Reconhecimento pela Comunidade, por Realização de Cirurgia de Readequação.*

Fez Cirurgia de Readequação	Reconhecimento pela Comunidade		Total
	Sim	Não	
Sim	77,78	22,22	100,00
Não	100,00	-	100,00

Na Tabela 9 se confirmou de um total de 100% de pessoas transgêneras que realizou tratamento hormonal, 67,92% são transsexuais e 32,08% são travestis, enquanto que 40,00% das que não realizaram o tratamento são transsexuais e 60,00% são travestis.

Apesar de existirem discursos médicos e jurídicos que faz uma distinção entre travesti e transexual, esta diferenciação está baseada em estereótipos (...). Esta diferença é muito mais social do que qualquer outra coisa. Por exemplo, é mentira que todas as transexuais querem se operar. Eu conheço inúmeras transexuais que não querem fazer a transgenitalização, e é mentira que toda travesti se sente como homem e como mulher. Existem travestis que se veem como mulher, que querem ser tratadas no feminino. E eu conheço travesti que não tem nenhum apreço em fazer uso do seu órgão genital. Então você percebe que esta diferença é muito mais social. Você vê que pessoas mais excluídas e mais marginalizadas, que têm pouco estudo, pouco acesso à informação, elas só se definem como travestis, ao passo que pessoas que estudaram mais, elas se autodefinem com transsexuais. Fora que a invenção da transsexualidade é uma coisa muito recente, no sentido da definição. (...) A diferença não existe que não seja na classe social, porque tanto travestis como transexuais querem ser vistas como mulheres, e essa diferenciação por meio da cirurgia é tão

absurdo... (...) Genitália não define gênero, apesar do discurso médico e jurídico. Na vida real isto não existe. (...) Se você se apresenta como travesti automaticamente as pessoas vão te ver como marginal ou como prostituta, enfim, sempre dentro do âmbito da criminalidade. Logo, eu percebo que muitas travestis se dizem transexuais pra fugir deste estigma. Existe uma compaixão para com a pessoa quando ela se diz transexual e uma opressão para quando ela se diz travesti (AMARAL, 2013, P. 10).

Se ressalte que as diferenças encontradas a partir da citação encontrada no estudo reportado que a única diferença é de cunho social e que ambas querem se fazer mulher, lançando mão como mostra os dados de tratamentos hormonais que lhes auxilia na obtenção de seus ideais existenciais.

Tabela 9: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação a Como se Identifica, por Realização de Tratamento Hormonal.*

Fez Tratamento Hormonal	Como se Identifica		Total
	Transsexual	Travesti	
Sim	67,92	32,08	100,00
Não	40,00	60,00	100,00

Na Tabela 10 se confirmou que um total de 100% das pessoas transgêneras que não realizou cirurgia de readequação sexual, 60,38% se identificam como transsexuais e 39,62 são travestis.. havendo apenas uma minoria que realizou este procedimento, onde 77,78% são transsexuais e 22,22% se identificam como travestis.

Nos dias atuais já se visualiza um grande avanço na medicina, o que possibilitou que pessoas transgêneras realizem procedimentos cirurgicos, para adequarem seus corpos ao gênero em que se sentem inseridas, permitindo assim que elas se percebam mais integradas ao seu meio social. Os números apresentados pelo cruzamento de dados mostram que a maioria não realizou readequação sexual, mesmo assim, estão se identificado com o gênero feminino, condição que assumem publicamente, principalmente com o uso donome social, atrelado a forma como se apresentam e se sentem, ocasionando um maior reconhecimento de suas identidades, conforme mostra o estudo de JESUS (2013).

COSTA (1994) entende transsexuais como pessoas que rejeitam seu sexo biológico e psicologicamente se identificam com o sexo oposto e recusam totalmente o sexo que lhes é atribuído mesmo sem ter qualquer tipo de anormalidade ou anomalia, mas sentem-se presas a um corpo que não identificam que pode lhes causar transtornos com induzimento à autocastração e suicídio.

PELÚCIO (2009) entende travestis como pessoas que se entendem como homens que tem relação afetiva e sexual com outros homens, e que inserem em seus corpos símbolos tipicamente femininos e não tem conflitos com sua genitália.

Os dados demonstram uma aplicação da definição dos autores pra o que é a identificação de cada gênero.

Tabela 10: *Percentual de Travestis e Transsexuais, no Período de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, do Estado do Pará, em Relação a Como se Identifica, por Realização de Cirurgia de Readequação.*

Fez Cirurgia de Readequação	Como se Identifica		Total
	Transsexual	Travesti	
Não	60,38	39,62	100,00
Sim	77,78	22,22	100,00

3 CAPÍTULO 3: A UTILIZAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL: A EFETIVAÇÃO DO SERVIÇO

No Capítulo 2 se traçou o perfil da(o)s usuária(o)s do serviço da Carteira de Identidade Social no estado do Pará. A partir destes dados foi possível selecionar as pessoas que seriam entrevistadas nesta segunda etapa da pesquisa.

Para a realização do trabalho foi idealizado um roteiro para entrevista semi-estruturada (Anexo 2), que atingiu um total de 14 (quatorze) pessoas transgêneras do universo trabalhado na pesquisa, devendo se ressaltar que no período delimitado para estudo, se obteve a totalização de 74 (setenta e quatro) pessoas que utilizaram esse serviço da Política Pública de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, destacando-se que desse quantitativo apenas 63 (sessenta e três) foram consideradas efetivamente na pesquisa, pois as outras 11 (onze) apresentaram ausência de informações nos formulários preenchidos.

As entrevistas foram gravadas para que não se perdesse nenhum detalhe da fala da(o)s entrevistada(o)s e em seguida transcritas para serem agrupadas em eixos temáticos.

Nos primeiros questionamento se perguntou sobre sexo, gênero e orientação, onde das 14 (quatorze) entrevistada(o)s todos declararam ser do sexo masculino. Quanto ao gênero, 11 (onze) sujeitos afirmaram ser transsexuais e 3 (três) travestis. Sobre a orientação sexual a maior parte se classificou como heterossexual enquanto a minoria disse ser bissexual. Destaca-se que todos os entrevistados tiraram a carteira de identidade social no mês de novembro de 2013.

Aqui se torna válido ressaltar o entendimento sobre sexo, gênero e orientação sexual, onde se entende para sexo ser a forma como o ser humano nasce, homem ou mulher, de acordo com o atributo biológico com que foi colocado no mundo, sendo uma decorrência da anatomia de seus corpos, uma característica biológica, anatômica e fisiológica do ser humano que define como macho ou fêmea a partir de suas características pessoais e principalmente genitais.

Já quando se fala de gênero tem-se que é a forma de ser de cada pessoa, podendo ser caracterizadas como masculino e feminino, se traduzindo no produto da realidade socio cultural, assim pode se dizer que:

Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (HELIBOM, et al.2010, p. 39).

Como observa HELIBOM *et al.*(2010) o conceito de gênero não está vinculado a um fator de biologia, uma questão anatômica, pois se assim fosse estaria se falando de sexo, e no caso se trata de um apanhado mais amplo onde a concepção do ser masculino ou feminino, vai de encontro aos padrões criados pela cultura humana, se diferenciando dos aspectos biológicos, dentro de um contexto social. Assim, nesta etapa da pesquisa opta-se por definir os sujeitos pesquisados por seu gênero: feminino, tendo em vista que a totalidade das entrevistas foram realizadas com transgêneros do sexo masculino e gênero feminino.

Seguindo este pensamento é possível se definir orientação sexual como sendo as pessoas que se identificam como bissexual, heterossexual ou homossexual, e indica o gênero pelo qual uma pessoa se sente atraída, física, emocionalmente ou psicologicamente, e isto leva a se falar em identidade de gênero que:

Diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres. (HELIBOM, *et al.*, 2010, p.43).

Observa-se que identidade de gênero se refere ao gênero o qual a pessoa está se identificando, “é a sensação de pertencimento ao sexo masculino ou feminino” (COLLYER, 2006, p.5), se ela se identifica uma mulher ou como um homem ou se tem atribuído a ela uma dessas identificações. Aqui se encontram as pessoas transgêneras (travestis e transsexuais).

As entrevistadas se enquadram na conceituação de sexo onde todas se conceberam do sexo masculino, por terem biologicamente nascido e uma forma, porém com avançar social aferiram para si tributos de outro gênero dentro de um contexto social, onde se identificam com o seu oposto biológico, sendo importante destacar que se percebem e/ou tem uma sensação de pertencimento a outro sexo, confirmando assim o que dizem os autores nominados.

Um outro fator é a questão da definição de orientação sexual que as entrevistadas se atribuem, onde a maior parte delas se define enquanto gênero como mulher, se define como heterossexual, pois são do sexo masculino e vivem como pessoas do mesmo sexo, mas tem orientação que as leva a pensar ou ter contato com pessoas do sexo masculino, fora do comportamento e papéis convencionalmente estabelecidos e dentro de uma realidade socio-cultural desenvolvida e por elas vivida, sendo um fator importante a se destacar que tiveram o interesse pela retirada da Carteira de Identidade Social, tanto que a maioria delas procurou este serviço logo que foi disponibilizado para comunidade.

Prosseguindo com as questões se procurou identificar a motivação da procura ao serviço, sendo perguntado a(o)s entrevistada(o)s o porque de terem querido tirar a carteira

social com objetivo de verificar o que as motivou a utilizar esse serviço, e a este questionamento se obteve que a maioria o procurou para não ser discriminada e diminuir o constrangimento como ilustram alguns depoimentos:

Para eu poder quebrar mais um pouco a discriminação na hora de me identificar em algum órgão público; quando a gente chegava e tinha que se identificar mostra carteira de identidade com o nome civil, então veio a carteira social para ajudar muito a diminuir o constrangimento (entrevistada 1, transsexual).

Quis tirar porque muitas vezes chegava em algum lugar e as pessoas me chamavam pelo nome civil e não pelo nome social. Vinha uma mulher toda produzida e me chamavam pelo nome de homem (entrevistada 2, transsexual).

Tirei porque normalmente sofria constrangimento quando apresentava a carteira de identidade e as pessoas me chamavam pelo nome de homem, mesmo vendo uma mulher toda montada (entrevistada 10, transsexual).

Como integrantes de nossa realidade percebe-se a existência da discriminação e do preconceito, principalmente quando a orientação sexual dita a forma pela qual a pessoa sente desejo ou atração (física ou psicológica), seja por pessoa do mesmo sexo ou de sexo diferente, quando travestis e transsexuais podem sofrer por mostrarem sua livre identidade e vontade para a sociedade, passando situações que se manifestam como insultos, agressões (físicas ou psicológicas), rejeição e até mesmo negação de direitos, por seguirem suas vidas e se apresentarem como se sentem mulheres ou homens.

Pode-se entender por discriminação como sendo o molestar a integrantes de determinados grupos sociais que resulta de um processo social onde elas são vítimas de atitudes que lhes são prejudiciais e preconceituosas o que vem a se confirmar ante o conceito que diz ser o “comportamento de fundo preconceituoso com relação a algo ou alguém” (JESUS, 2012, p.39).

No Módulo X - Solidários na diversidade e iguais no acesso à justiça se tem que:

Ter um preconceito, ou um “pré-conceito”, é agir a partir de uma ideia sobre alguém ou alguma coisa antes de conhecer esta pessoa ou coisa de verdade. Ou seja, “é fazer um juízo de valor, formar uma opinião sobre um assunto, ou pessoa sem ter conhecido de perto esse assunto ou pessoa” (Instituto de Tecnologia Social - ITS Brasil e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2012, p. 5).

De forma mais simples se diz que preconceito é o “juízo preconcebido acerca de algo ou alguém, com base em estereótipos” (JESUS, 2012, p. 39).

As declarações das entrevistadas confirmam o que dizem os autores, pois nas suas falas se encontra o teor do preconceito e discriminação, visível principalmente nos atos das pessoas, pelo que se percebe, boa parte de servidores públicos, que fazem questão de tratá-las de maneira estereotipada, expondo-as ao ridículo constrangimento de serem vistas não como se apresentam e sim como ele(a)s entendem que devem tratar, como um outro gênero que não é o que vivenciam, em atitudes de possível cunho homofóbico, além do desrespeito a condição de ser humano e usuária(o)s do serviço público, que deveria garantir cidadania e direitos. Nota-se pelas falas a reprodução dentro das instituições ou organizações, de atos de visível violência a(o)s travestis e transsexuais, que podem ser vistos como barreira ou empecilho à inclusão e participação destas na sociedade.

Processo de emissão da carteira: Para se verificar como está se dando o processo de retirada da carteira social, se esta apresentando dificuldades ou se esta em conformidade com atendimento adequado á usuária(o)s se questionou como este ocorreu e, a grande maioria da(o)s entrevistada(o) afirmou que foi comum, porém demorado e burocrático, principalmente por causa da Declaração de Gênero que precisavam tirar e isso as levava uma demorada e grande andança pelos órgãos públicos. A seguir alguns depoimentos que exemplificam a situação:

Foi uma burocracia muito grande, fizeram muitos questionamentos sobre minha vida, muitos documentos foram pedidos; foi muito trabalhoso. Ainda tive que voltar porque minha certidão de nascimento estava rasurada (entrevistada 2, transsexual).

Foi demorado, tive que ir a vários lugares (entrevistada 5, travesti).

Teve dificuldade para conseguir a declaração de gênero (entrevistada 10, transsexual).

A emissão da Carteira de Identidade Social, documento emitido por órgão oficial do estado, consta o “nome pelo qual as travestis e pessoas transsexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero” (JESUS, 2012, p.30). O registro do nome social é uma das funções da Polícia Civil

do Estado que coleta as informações necessárias para sua emissão pelo Instituto de Identificação civil. No caso da declaração de gênero sexual, esta é fornecida pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, bem como a entidade LGBT's devidamente autorizada: Grupo Homossexual do Pará – GHP.

Os sujeitos entrevistados afirmaram que o processo formal para a obtenção do documento foi burocrático, demorado e apresenta dificuldades de acesso, pois para conseguir a esse documento de identidade foi necessário o deslocamento à vários lugares (dentre estes alguns órgãos públicos) para conseguir obter essa declaração, onde tiveram que responder a diversos questionamentos sobre suas vidas, além de outros documentos obrigatórios que tiveram que apresentar como certidão de nascimento ou casamento original, carteira de identidade civil e fotografias em tamanho 3x4, conforme prevê Instrução Normativa nº 001/2013-DGPC, de 01/10/2013, publicada no Diário Oficial do estado nº 32.493 de 02/10/2013, que são basicamente os mesmos que se apresentam quando da emissão da carteira de identidade civil, para poderem finalmente tirar a identidade. Os deslocamentos a vários órgãos públicos lhes dificultou o acesso ao serviço, principalmente se for utilizado o princípio de que seus horários não são comuns, que os deslocamentos são intensos e ainda que se tenha notícias da ausência de pessoas qualificadas a emissão da declaração de gênero.

Sobre o uso da Carteira Social no cotidiano toda(o)s usuária(o)s afirmaram que a estão utilizando como documento regular de identificação, deixando a identidade civil guardada, pois esse documento tem valor legal como ilustram alguns depoimentos:

Sim ela é meu documento de identificação, uso para me identificar e é aceita, inclusive no município do Acará, já fiz uso desta e ela foi aceita lá. Uso em órgãos diversos e é aceita em todos (entrevistada 6, transsexual).

Para minha vida pessoal foi muito bom, inclusive tirei o passe fácil e no curso de enfermagem eu era chamada pelo nome de homem, quando apresentei a carteira social, eles pesquisaram e em seguida adotaram o meu nome, dizendo que fui a precursora no uso do nome social no curso, a primeira a usar, tendo meu nome sido incluído na lista de chamada, e assim os próprios colegas passaram a respeitar meu nome social. Também já usei minha carteira social no aeroporto de Fortaleza/CE quando fui fazer o *check-in*, ocasião em que parabenizaram nosso estado pelo feito (entrevistada 7, transsexual).

No dia a dia uso somente a carteira social, venho usando-a regularmente e é aceita em locais como hospitais, escolas e só poucas vezes tenho que explicar o que é o documento, informando para quem serve e que é um documento oficial e legal criado pelo estado (entrevistada 8, transsexual).

Nos dias atuais, todas as pessoas devem possuir documentos de identificação, que são diversos e tem finalidades distintas, porém podem servir como identificação pessoal, o que faz com que no contexto diário, sempre que uma pessoa se desloca, faça utilização de pelo menos um que pode apresentar para se identificar em relações diversas.

O público alvo desta pesquisa, travestis e transsexuais, também estão dentro desse contexto e por terem adotado uma identidade de gênero é importante que se identifique com o nome (social) que para si escolheram. Nas respostas obtidas observamos que as entrevistadas vêm fazendo uso da carteira social como documento de identificação, deixando a carteira de identidade civil em casa, e apresentando aquele documento nos diversos locais onde se faz necessário a identificação, com a afirmativa de que o documento vem sendo aceito, inclusive por órgãos que estão fora da abrangência do decreto governamental de nº 726/2013, que aprovou referido documento e determinou que o mesmo fosse aceito em todos os órgãos e repartições públicas do estado do Pará, sendo inclusive aceito em outros estados e pela iniciativa privada, como é o caso do curso de enfermagem mencionado pela entrevistada 7, que também o utilizou no aeroporto da cidade de Fortaleza/CE, e ainda por órgãos públicos de outras esferas.

Em se tratando do uso desse documento em órgãos públicos algumas entrevistadas afirmaram haver apenas algumas ressalvas a sua aceitação, especialmente quando se desconhece este documento e sua finalidade, segundo ilustram alguns depoimentos:

Uso normalmente a carteira em muitos órgãos públicos, mas em muitos lugares as pessoas não conhecem a carteira social, acham estranho e perguntam se ela tem validade, mas acabam aceitando (entrevistada 4, transsexual).

Sim, venho usando em órgãos públicos, inclusive tirei o passe fácil, só não consegui colocar o nome na carteira de estudante, mas fui tratada com respeito (entrevistada 7, transsexual).

Estou usando normalmente, mas as pessoas precisam ser esclarecidas sobre o documento (entrevistada 9, travesti).

O Decreto n° 726, de 29.04.2013, de 29/04/2013, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/05/2013, instituiu a expedição da Carteira de Identidade de Nome Social à Travestis e Transexuais, definindo sua aceitação em todos os órgãos e entidades do poder executivo do estado do Pará, onde se entenda que são aqueles vinculados a tutela do estado, cujos servidores passam a ter obrigatoriedade de aceitar a apresentação desse documento, e ao que se observa pelas respostas apresentadas ao questionamento as usuárias desse serviço o tem usado com regularidade, inclusive com aceitação pelos atendentes, até mesmo de outras esferas como é o caso de alguns municípios.

A falta de divulgação e esclarecimento sobre a existência dessa carteira torna-se ainda o principal constrangimento para seus usuários que faz com que alguns servidores façam questionamentos inclusive sobre sua validade, fazendo com que as usuárias sejam obrigadas a esclarecer de que se trata de um documento oficial criado pelo estado.

Sobre a aceitação do documento como identificação pessoal em estabelecimentos público e privados a maioria das entrevistadas considera que há uma boa aceitação tendo em vista que a carteira as identifica como elas se apresentam à sociedade: como mulheres, garantindo uma identificação de acordo com a aparência e inclusão social que evita situações constrangedoras:

Cada pessoa tem que ser reconhecida como é, porque quando a veem já tem que saber de quem se trata, já que se deparam com uma mulher toda produzida a sua frente (entrevistada 10, transsexual).

Muito boa, até mesmo quando eu estive nas eleições, no momento teria que ser chamado pelo nome civil que está no registro, pois se tratava de um órgão federal, que ainda não pude mudar, e como a carteira é só estadual quando eu apresentei a carteira à pessoa que estava na mesa a mesma teve a sensibilidade de me chamar pelo nome social e não pelo que estava no título. Eu estava no meio de 20 (vinte) pessoas, se ele tivesse me chamado pelo nome civil seria um grande constrangimento eu me levantar como estava vestida (como mulher) pra me apresentar lá na mesa para assinar o meu nome. Então fui chamada pelo nome social, mas assinei com o meu nome civil (entrevistada 1, transsexual).

A aceitação está sendo boa porque evita constrangimento (entrevistada 7, transsexual).

Todas as entrevistadas querem ser chamadas pelo nome social (feminino) que adotaram e tem uma expectativa nesse sentido, pelo que ao serem entrevistadas foram tratadas pela forma feminina, em respeito a elas e considerando-se que se apresentaram com uma imagem totalmente de feminina, partilhando o seu social, o que nos leva a uma análise de que se reflete uma identidade feminina, em se tratando de identidade de gênero, que é o “gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento (JESUS, 2012, p. 30), somando-se ainda ao que afirma:

(...) com relação a pronomes, as pessoas transgênero devem ser tratadas de acordo com o gênero com o qual se identificam. (...) Se você não está certo(a) quanto ao gênero da pessoa, pode perguntar, respeitosamente, como ela prefere ser tratada, e tratá-la dessa forma (JESUS, 2012, p. 23).

O que corrobora a ideia de que a carteira social vem sendo um instrumento de reconhecimento e inclusão social é o dado de que a totalidade das entrevistadas já sugeriu à alguma amiga que procure os órgãos públicos e adquira esse documento, como ilustram os seguintes depoimentos:

Sim, pois é importante para o uso do nome social (entrevistada 4, travesti).

Já sugeri para amigas pelo fato de ser uma coisa boa, pelo menos para mim está sendo bem aceito (entrevistada 6, transsexual).

Já sugeri para algumas amigas recentemente, porém não conseguiram tirar a carteira por causa da burocracia para tirar a declaração de gênero (entrevistada 8, transsexual).

As entrevistadas afirmam que a carteira de identidade social é importante para a consideração oficial do nome social, que torna coerente com a sua apresentação pessoal, com seu gênero definido e em oposição aquele esperado, associado ao sexo de nascimento. Associado a formalidade do documento está implícita a expectativa de respeito ao direito que têm como cidadãs e até de visualização de inserção e inclusão social, pois podem entender que com esse documento de identificação pessoal serão respeitadas enquanto pessoas e terão a

vida facilitada no contexto social, quando de suas idas a órgãos públicos, bancos, agências de correios, feiras e outros, onde com esse documento podem vir a ser percebidas como mulher e não com transgêneras (travestis e transsexuais).

Quando solicitadas a responder sobre os resultados, positivos ou negativos que obtiveram com a utilização da carteira social, novamente as entrevistadas apontam como positivo o reconhecimento social e como negativo a burocracia para a obtenção e o desconhecimento do reconhecimento legal do documento:

Como resultado positivo digo que tudo, me ajudou a ser mais eu, me ajudou no lado pessoal, como tem ajudado as meninas a quebrar esse paradigma de estarem vestidas com roupas femininas 24 horas por dia e chegar a determinado lugar e ter que apresentar o registro civil. Foi uma ideia que veio assim ajudar muito, foi muito boa, foi um trabalho que só veio ajudar na auto estima da pessoa. Já termo resultados negativos não tenho nenhum relato (entrevistada 1, transsexual).

Positivo porque diminuiu a discriminação (entrevistada 3, transsexual).

Posso dizer que positivamente se tem uma grande coisa que o reconhecimento do nome social e negativamente a falta de conhecimento desse documento devido a pouca divulgação (entrevistada 4, transsexuais).

Acredita-se que a apresentação de um documento oficial que as identifica de acordo com o gênero, reforça a autoestima destas pessoas ao reconhecer suas experiências de vida e seus pertencimentos sociais, pois tornar-se mulher vem da cultura e não do sexo (BUTLER, 2003).

Como melhorias para este serviço foi solicitada sugestões às entrevistadas. A maioria delas recomendou que seja retirada a declaração de gênero para simplificar o processo e ainda e que se amplie o acesso ao documento para o interior do estado:

Uma campanha que abrangesse o estado como tem campanhas de prevenção para vacinas, outra série de campanhas poderia sim o estado fazer uma parceria com órgãos como rádio, televisão e fazer uma grande campanha usando a mídia para colocar em questão o direito de você ir e facilitara tirada da carteira, porque tem muita menina que sabe que existe, mas não sabe onde tira. Se fizessem campanha

na mídia televisiva informando, uma campanha com grande mutirão. Só foi divulgado no lançamento e depois ficou esquecida. Então se o estado procurasse focar em um meio de focar a comunidade isso abrangeria toda população e teria um resultado excelente (entrevistada 1, transsexual).

Simplificar retirando a declaração e levando a carteira social para o interior (entrevistada 3, transsexual).

Que a carteira chegue ao interior para atender as meninas que não tem como vir para Belém tirar a carteira (entrevistada 9, travesti).

Na análise sobre as possibilidades de melhorias para o serviço, encontra-se na fala das entrevistadas, o indicativo de simplificação, com a retirada da declaração de gênero como documento de apresentação obrigatório (no início do processo), o que provocaria uma redução do tempo gasto para a conclusão desse processo, pois as usuárias deixariam responder a vários questionamentos, e se dirigiriam apenas a um local para procurá-lo; além da sugestão de que seja entendida a retirada dessa identidade social para as cidades no interior do estado, nas quais o serviço ainda não chegou, e que com a supressão da declaração de gênero o processo seria simplificado, pois se na capital é encontrado deficiência de pessoal, para realização do trabalho, no interior essa tendência cresce e pode inviabilizar o serviço; somando a ausência de pessoas capacitadas com qualidade necessária ao atendimento da(o)s usuárias.

Por fim uma grande campanha esclarecedora do que é esse documento e qual sua utilidade, facilitaria o reconhecimento deste por parte das pessoas, podendo ser trabalhada a construção de um processo mais igualitário, humano e justo. Corroborando com LOPES (2008) que menciona sobre as políticas públicas, no que se refere ao alcance do interesse público e do bem estar da sociedade quando se trata destas ações de governo; e ainda a concordância com o que foi escrito no material de Gestão de políticas públicas em gênero e raça, vol. I (2010) sobre o reconhecimento de diferenças, onde é possível aumentar o grau de participação se criando um sentimento de que o estado é capaz de garantir suas dignidades.

4 CONCLUSÃO

Na pesquisa trabalhada, procurou-se entender e verificar como está acontecendo a execução do serviço da Política Pública de Segurança Pública de atendimento à comunidade LGBT, no que se refere à procura e uso da Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais, no estado do Pará, criada pelo Decreto Lei nº 726/2013, na perspectiva da(o)s usuária(o)s, se conhecendo e descrevendo o desenvolvimento do trabalho policial face o atendimento de casos da diversidade sexual, voltando-se para o objeto da pesquisa e investigando as possíveis consequências do uso da Carteira de Identidade de Nome Social para Travestis e Transexuais enquanto política afirmativa, além de identificar os possíveis entraves nesse serviço prestado em atendimento a demanda da comunidade LGBT, nesse segmento específico.

Aqui cabe destacar a importância das conquistas obtidas (mesmo com a possibilidade de negação de avanço político), em nível nacional e estadual, a fim de se prosseguir nessa linha de entendimento, considerando-se uma conjuntura complexa, em que se teve o segmento de pessoas transgêneras como interlocutoras no processo de conhecimento, além de representantes do Movimento LGBT, enquanto ativistas, que buscaram por esse serviço da Política Pública, por uma sociedade mais justa e igualitária diante das diversidades existentes.

No capítulo 1 da dissertação, foi demonstrado como se dá o processo para emissão dessa carteira, e aqui concluimos pela análise documental que a carteira social esta sendo emitida dentro de padrões técnicos e em observância às normas que a regulam e criaram como um documento oficial, adotado no estado do Pará.

Uma vez efetivado o serviço, com toda a normatividade à sua existência e emissão vigendo, iniciou-se a emissão das carteiras, que de acordo com a pesquisa desenvolvida totalizaram 74 (setenta e quatro) carteiras emitidas, no período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, perfazendo um total de 06 (seis) meses, onde a(o)s travestis e transexuais que foram em busca desse serviço, preencheram o questionário denominado de ficha de identificação do requerimento a “declaração de identidade social” ou “declaração de gênero”, ressaltando-se que desse total apenas 63 (sessenta e três) declarações foram utilizadas neste estudo, pois as outras 11 (onze) tiveram preenchimento diferenciado e não apresentaram todas as informações essenciais ao estudo. As informações foram trabalhadas e assim subsidiaram a definição do perfil da(o)s usuária(o)s desse serviço, o que permitiu se afirmar que a(o)s usuária(o)s na sua totalidade são pessoas transgêneras, com maioria sendo do sexo masculino, transsexuais e travestis, aceitas pela família e comunidade, tendo assumido nome social ainda

na menoridade, além de serem originárias da capital do estado, possuem ensino médio completo, inseridas em sua maioria como cabeleireira(o), tendo realizado tratamento hormonal, e não passado por cirurgia de readequação do sexo, sem participação ativa em movimentos sociais organizados, expressamente se afirmando heterossexual.

Na avaliação dos dados coletados através de entrevistas, que atingiram um total de 14 pessoas transgêneras, se obteve a resposta de que a maioria destas aprova o serviço da Carteira de Identidade Social, que procurou para evitar ser vítima de discriminação e preconceito, bem como para garantir o direito ao nome social, inclusive fazendo uso deste diariamente como documento de identificação pessoal, sendo que este serviço vem sendo aceito em órgãos públicos e até particulares, embora façam ressalva de que os servidores que o manusearam devem ser esclarecidos sobre a existência e legalidade da Carteira Social, que já teve aceitação até em outras cidades da federação, com boa aceitação, tendo todas, sugerido a amigas que tirem a sua carteira social.

Em se tratando de aspectos negativos, ressaltaram a burocracia existente para se tirar a carteira, causada pela necessidade de se providenciar a declaração de identidade social ou declaração de gênero, bem como ausência de interiorização na emissão da carteira e o desenvolvimento de uma campanha que possa dar maior divulgação sobre a existência e importância desse documento.

Na emissão desse documento se constatou que passou a ser realizada após regulamentação governamental, via decreto lei e normativa interna da Polícia Civil do estado do Pará, que definiu suas condições de emissão e onde se encontrou a exigência de apresentação (obrigatória) do documento denominado de declaração de gênero, criado pelo Comitê gestor do Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia, que vem causando o descontentamento da(o)s usuária(o)s, face as dificuldades encontrada para sua obtenção, pois tem que se dirigir ao órgão autorizado a sua elaboração, na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (pela CLOS) ou ao Grupo Homossexual do Pará (GHP) e só depois, de posse desta declaração procuram o Instituto de Identificação Civil (na Polícia Civil) para realizar o processo de emissão da carteira.

Em se tratando da interiorização do documento, se obteve que a carteira só é emitida na capital do estado, não se atingindo as demais cidades, o que obriga os pretendentes ao serviço a se deslocarem à Belém, e disporem de alguns dias para poderem conseguir fechar o processo à consecução da identidade social, dificuldade que lhes causa transtorno, pois nem sempre dispõem de recursos e tempo para isso.

Detectou-se também que a ausência de uma campanha de esclarecimentos sobre a carteira de identidade social vem trazendo alguns constrangimentos para a(o)s usuária(o)s, pois em alguns momentos, quando de sua utilização, são obrigada(o)s a explicar para os servidores públicos (principalmente) o que é esse documento, para que serve e que ele é legal, além de que a campanha tornaria mais sólida a existência do documento, com conhecimento maciço da comunidade sobre sua existência e materialização do nome social.

Em síntese pode-se afirmar que o serviço desenvolvido, da carteira de identidade social, constitui um direito do ser humano, que deve ter liberdade de escolha para usar o nome que lhe identifica como pessoa e ser humano, inclusive fazendo valer o exercício da sua cidadania baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos, havendo a inclusão das pessoas transgêneras, de forma a se eliminar a desigualdade e garantir o respeito que lhes é devido.

Esse documento de identificação representa uma conquista de reivindicações que são históricas das Travestis e Transexuais (somando-se a ação do movimento LGBT) e pode-se dizer que já figura como um direito adquirido, pois materializa o nome social de Travestis e Transsexuais.

E finalmente por tudo que foi coletado e exposto se afirma que a carteira de identidade social é um serviço que está inserido dentro de uma política afirmativa, uma vez que a luta por novos direitos deve frequentemente ser buscada.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Agenciabrasilebc.com.br/noticia**. Acesso em 04/10/2011.
- ANJOS, Gabriele dos. **Identidade social e Identidade de Gênero: subversões e permanências**. Porto Alegre: Sociologias, ano 2, nº 4, 2000
- AMARAL, Thiago Clemente do. **Travestis, transexuais e Mercado de trabalho: muito além da prostituição**. Salvador: UEBA, 2013.
- AYRES, Manuel. **Elementos de Bioestatística: A Seiva do Açaizeiro**. Belém: UFPA, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1979 e 2004.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL, Instituto de Tecnologia Social - ITS e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Módulo X - Solidários na diversidade e iguais no acesso à justiça**. Brasília. 2012.
- BRASIL, **PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS-3**. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. 2010.
- BRITO, Fausto. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2003).
- COHEN, Franco; ERNESTO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COLLYER, Shaula Cunha. **Manual do Multiplicador Homossexual**. Grupo Homossexual do Pará. Belém: Graphites Editores - Pará, 2006.
- CUNHA, Carla Giane Soares. **Avaliação de Políticas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Belém: UFPA, 2006.
- ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do estado**. 15 ed. [S.I], 1998.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social no Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2007.
- FOSTER, David W. **Consideraciones sobre el estudio de La heteronormatividade en La literatura latino americana**. Letras: literatura e autoritarismo, Santa Maria n. 22, jan./jun., 2001.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução Márcia Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e Pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Dissertação de mestrado. 2006.

GAMBOA, S. S. **Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico de uma dicotomia epistemológica**. 1995 In: SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA/GPP-Geit módulos I e II/Organizadores: Maria Luiza Helibom, Leila Araújo, Andréia Barreto. Rio de Janeiro: CBPESC: Brasília; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GONEL, Ayisigi Hale. **Pansexual Identification in Online Communities: Employing a Collaborative Queer Method to Study Pansexuality**. Graduate Journal of Social Science. Vol. 10, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução Carlo Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: online, 2012.

LAROUSSE. Cultural, **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Universo, 1992.

LAQUER, Thomaz. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Feud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOPES, B; AMARAL, J. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Minas Gerais: SEBRAE, 2008.

LOURO, Guacira. **Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOTT, Luiz Roberto Barros. **O sexo proibido: escravos, gays e virgens nas garras da inquisição**. Campinas: Papyrus, 1988.

NASCIMENTO, Ewerton S; LARA, Sheila V. **Alternativas de mercado de trabalho para as travestis de Aracaju**. Aracaju: Ministério da Justiça, 2003.

NAVARRO-SWAN, Tânia. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

NETO, Clarindo Epaminondas de Sá; GURGEL, Yara Maria Pereira. **Caminhando entre a Invisibilidade: uma análise jurídica sobre o projeto de lei nº 5012/2013, Lei de Identidade de Gênero.** Revista Direito e liberdade – RDL - ESMARN, v. 16, n. 1, 2014.

PARÁ, **DECRETO nº 1675/2009, Diário Oficial do Estado (Doe), Belém, 2009.**

PARÁ, **DECRETO Lei nº726/2013, Diário Oficial do Estado (Doe), Belém, 2013.**

PARÁ, **PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE À HOMOFOBIA.** Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social/SEGUP/PA. Belém, 2010.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Para além da tolerância. Programa de pós-graduação de ciência política. Caderno de ciência política.** Rio de Janeiro: UFRJ (Série pré-edições 10), 1998.

RIOS, Roger Raupp. **Para um direito democrático da sexualidade.** In: Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano 12, n. 26, p.71-100, jul/dez, 2006.

RODRIGUES, Willian Costa. Metodologia Científica. Paracambi: FAETEC/IST, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação Realidade. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário,** Routledge, 1993. Tradução Plínio Dentzien; Richard Miskolci e Júlio Assis Simões.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história.** Tradução Rubem Mauro Machado.

SILVA JUNIOR, Enézio de Deus. Diversidade sexual e suas nomenclaturas. In: DIAS, Maria Berenice (Org.). **Diversidade sexual e direito (Org.). Diversidade sexual e direito homoafetivo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

WATSON, D. **Economia e sociedade:** fundamentos de sociologia contemporânea, v. I. Brasília: UNB, 1984.

ANEXO 1**FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DO/DA REQUERENTE****I – IDENTIFICAÇÃO**

NOME SOCIAL: _____

NOME CIVIL: _____

FILIAÇÃO (MÃE): _____

FILIAÇÃO (PAI): _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO BIOLÓGICO: () F () M

NACIONALIDADE: _____

CIDADE DE NASCIMENTO: _____

PROFISSÃO: _____

TIPO SANQUÍNEO: _____

ESCOLARIDADE: _____

CI: _____

CPF

(opcional): _____

ENDEREÇO: _____

-

TEL: _____ *E-**MAIL:* _____**II. QUESTIONARIO**

- a) Se identifica como () travesti () transexual.
- b) Se identifica com o gênero () masculino () feminino.
- c) Assume sua identidade de gênero: feminino () masculino () publicamente, de forma contínua () sim () não.
- d) Qual sua orientação sexual? () heterossexual () homossexual () bissexual.
- e) Sua família reconhece você pelo nome social? () sim () não.

- f) Você é reconhecido pelo nome social no meio comunitário em que vive? () sim () não.
- g) Fez ou faz algum tratamento hormonal () sim () não.
- h) Fez cirurgia de readequação de sexo () sim () não.

III. ENTREVISTA

a) Com que idade assumiu o nome social? _____

b) Faz parte de algum MLGBT? _____

Belém, ____ de _____ de 201__.

Assinatura da(o) requerente

ANEXO 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) Nome Social?
- 2) Orientação Sexual?
- 3) Sexo?
- 4) Quando recebeu a Carteira de Nome Social?
- 5) Porque você quis tirar a Carteira de Nome Social?
- 6) Como foi o processo para emissão da carteira junto ao órgão emissor? E outros?
(em caso de haver necessidade).
- 7) Como você utiliza sua Carteira de Nome Social no cotidiano?
- 8) Como você utiliza a carteira nos órgãos públicos do estado?
- 9) Como você definiria a aceitação desse documento?
- 10) Você sugere (indica) para suas (seus) amiga(o)s travestis e transexuais que procurem tirar suas carteiras de nome social? Porque?
- 11) Que resultados positivos ou negativos você obteve após a emissão de sua Carteira de Identidade Social?